



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

RESOLUÇÃO CECP Nº. 005/2024

“DIVULGA OS GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS DAS PROVAS DO V CONCURSO PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

A Comissão Especial do Concurso Público - CECP, instituída pelo Decreto nº 030/2024, de 19 de agosto de 2024, da lavra do Prefeito Municipal de Ponte Alta do Tocantins, para realização do V Concurso Público do Poder Executivo do Município de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins, nos termos no Edital de Concurso Público nº 001/2024, de 13 de setembro de 2024, e suas rerratificações,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de divulgação dos Gabaritos Oficiais Definitivos e Julgamento dos Recursos das provas aplicadas em 24 de novembro de 2024,

RESOLVE:

I Divulgar os Gabaritos Oficiais Definitivos das provas aplicadas em 24 de novembro de 2024, conforme Anexos de I a XVIII que integram a presente Resolução.

II Divulgar, também, o mapa de julgamento dos recursos interpostos contra os gabaritos oficiais preliminares, na forma do Anexo XIX que a esta se integra.

Publique-se.

Comissão Especial do Concurso Público, em Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins, 03 de dezembro de 2024

EDILSON RAMOS NERES
Presidente

FÁTIMA APARECIDA GONÇALVES NERES
Secretário

LUIZ JOSÉ DE SOUSA
Membro



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a presente Resolução da Comissão Especial do Concurso Público foi publicada no *Placard* da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins -TO, em sua íntegra, nesta data.

Ponte Alta do Tocantins -TO, 03 de dezembro de 2024

LEOVANDRO RODRIGUES DE SOUZA
Departamento de Tecnologia



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO I DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P1.a
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
(ensino fundamental incompleto)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	E	B	D	B	A	C	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	E	D	D	B	D	B	C	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	E	E	A	C	D	B	N*	C	E
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	B	D	C	E	D	B	E	A	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO II DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P1.b MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR (ensino fundamental incompleto)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	E	B	D	B	A	C	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	E	D	D	B	D	B	C	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	E	E	A	C	D	B	N*	C	E
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	B	D	C	E	D	B	E	A	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO III DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P1.c
OPERADOR DE MÁQUINA LEVE
(ensino fundamental incompleto)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	E	B	D	B	A	C	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	E	D	D	B	D	B	C	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	E	E	A	C	D	B	N*	C	E
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	B	D	C	E	D	B	E	A	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO IV DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P1.d PEDREIRO

(ensino fundamental incompleto)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	A	E	B	D	B	A	C	D	C	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	E	D	D	B	D	B	C	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	E	E	A	C	D	B	N*	C	E
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	B	D	C	E	D	B	E	A	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO V DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P2.a
BRIGADISTA DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS
(ensino fundamental completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	D	C	C	D	A	C	A	C	N*
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	C	D	B	E	A	A	C	E	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	E	B	C	D	B	N*	C	E
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	B	D	E	B	A	A	D	B	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO VI DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P2.b FISCAL DE POSTURA MUNICIPAL (ensino fundamental completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	D	C	C	D	A	C	A	C	N*
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	B	C	D	B	E	A	A	C	E	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	E	B	C	D	B	N*	C	E
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	B	D	E	B	A	A	D	B	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO VII DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P3.a
AGENTE ADMINISTRATIVO
(ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	A	A	B	E	C	D	E	B	C

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P3.b
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MA 22
(ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	E	A	D	C	A	B	D	B	C	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO IX DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P3.c
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MA 23
(ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	E	A	D	C	A	B	D	B	C	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO X DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P3.d
AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
(ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	C	B	A	E	D	C	D	E	A	B

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XI DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P3.e GUARDA CIVIL MUNICIPAL (ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	A	E	E	C	C	D	B	A	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	C	A	C	B	E	D	E	D	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	C	D	B	N*	C	E	A	B	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	E	A	C	E	B	B	C	D	A

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XII DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P3.f
MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
(ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	A	E	C	B	B	A	C	D	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XIII DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P3.g TÉCNICO EM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO (ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	A	E	C	C	B	B	D	E	A

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XIV DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P3.h TÉCNICO EM ENFERMAGEM (ensino médio completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	C	E	A	D	E	C	D	A	B	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	A	C	B	E	A	B	D	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	C	A	A	D	E	B	B	C	E	D

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XV DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P4.a ASSISTENTE SOCIAL (ensino superior completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	A	C	D	A	E	C	B	D	E
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	C	D	B	E	A	B	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	E	C	A	B	B	C	A	E	D	D

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XVI DA RESOLUÇÃO CECF Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO

PROVA P4.b

ENFERMEIRO

(ensino superior completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	A	C	D	A	E	C	B	D	E
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	C	D	B	E	A	B	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	D	D	A	B	C	A	E	B	C	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XVII DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO
PROVA P4.c
FARMACÊUTICO - BIOQUÍMICO
(ensino superior completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	A	C	D	A	E	C	B	D	E
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	C	D	B	E	A	B	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	B	C	D	A	D	E	C	B	A	E

* Questão Anulada.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024
ANEXO XVIII DA RESOLUÇÃO CECP Nº 005/2024

GABARITO OFICIAL DEFINITIVO PROVA P4.d PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR (ensino superior completo)

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTAS	B	A	C	D	A	E	C	B	D	E
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTAS	E	C	D	B	E	A	B	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTAS	D	B	C	A	E	B	N*	C	E	D
QUESTÕES	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
RESPOSTAS	A	E	D	C	B	B	A	E	C	D

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

V CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO TOCANTINS – 2024

ANEXO XIX DA RESOLUÇÃO CECP Nº. 005/2024

JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS SOBRE OS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
1	Agente Administrativo	2	E	Revisão do Gabarito	A frase "Pastores e pastoras antigas, andadas" apresenta concordância do predicativo com o sujeito composto "pastores e pastoras". Segundo a norma gramatical, o predicativo deve concordar com o núcleo do sujeito composto em gênero e número. Nesse caso, "antigas" e "andadas" concordam com o sujeito "pastoras", evidenciando a regra da concordância predicativa. Portanto, a alternativa correta é A.	INDEFERIDO	Porque se trata da concordância do adjetivo – <i>antigas, andadas</i> – com o substantivo <i>Pastores, pastoras</i> . Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa “E” como assertiva.
2	Agente Administrativo	4	D	Revisão do Gabarito	Questão sobre Colocação Pronominal** **À Comissão Organizadora,** Venho por meio deste recurso solicitar a revisão da **Questão 4** do concurso de Agente Administrativo, que afirma: **"Começou a fala, atribuindo-se toda a culpa."** No gabarito preliminar, a resposta correta está indicada como letra **d**, mas, após análise, concluo que a classificação correta deve ser a letra **a**. Na frase mencionada, o uso do pronome "se" antes do verbo "atribuir" caracteriza próclise, que é uma forma válida de colocação pronominal. Além disso, na frase **"Embarquei um ano depois, mas não a procurei,"** o pronome "a" é utilizado de forma enclítica, proposto ao verbo "procurei". A ênclise é a forma correta de colocação pronominal nesta construção. Portanto, solicito que essas questões sejam revistas e que as classificações da colocação pronominal sejam reconsideradas. Agradeço pela atenção e pela revisão destas questões. Atenciosamente, Um Candidato	INDEFERIDO	Porque a próclise trata da colocação do pronome antes do verbo – <i>procurei</i> – precedido por qualquer palavra negativa, no caso – <i>não</i> . Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa “D” como assertiva.
3	Agente Administrativo	21	D	Revisão do Gabarito	O Rio das Balsas é amplamente conhecido como afluente do Rio Tocantins, conforme descrito em materiais geográficos oficiais e reconhecido na literatura hidrológica. A alternativa correta é C)	INDEFERIDO	O rio das Balsas tem sua barra no rio Sono, exatamente nas confrontações dos municípios de Novo Acordo, Aparecida do Rio Negro e Rio Sono, portanto, não deságua no rio Tocantins.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					Rio Tocantins. A escolha do gabarito como "nenhuma das alternativas anteriores" é incorreta e não reflete os dados geográficos.		Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.
4	Agente Administrativo	27	A	Anulação da Questão	PREZADA BANCA EXAMINADORA, PEDE-SE A ANULAÇÃO DA QUESTÃO 27, POR QUE NO ENUNCIADO DA QUESTÃO CONTA-SE A LEI NÚMERO 055, DE 09 DE MAIO DE 1990, SENDO QUE QUE A LEI CORRETA É A NÚMERO 055, DE 09 DE MAIO DE 1996, UMA VEZ QUE A LEI NÃO CONSTA NO EDITAL.	DEFERIDO	Embora tenha sido um erro de digitação, mas considerando que as leis do Município de Ponte Alta do Tocantins são numeradas em sequência anual, pois exige o ano. Assim, resolve-se pela ANULAÇÃO da questão.
5	Agente de Vigilância Sanitária	1	C	Anulação da Questão	Entende-se por compreensão o que esta no texto, interpretação além do texto, pelo que entendo a resposta era pra responder de acordo o que estava no texto 1 não no texto 2, ou seja uma sequência, nunca tinha visto isso antes, ou seja questão mal elaborada, que dar para colocar na justiça.	INDEFERIDO	Porque a questão está totalmente relacionada ao texto "Ponte Alta do Tocantins, a entrada do Jalapão" - "[...] A 'jalapa do Brasil', que deu nome ao Jalapão, pode ser encontrada em toda parte", e porque, na Botânica, é designação comum, extensiva a diferentes plantas, da família das Convolvuláceas e da família das Apocináceas, cujas raízes tuberosas são usadas para fins terapêuticos pelas suas propriedades purgativas. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.
6	Agente de Vigilância Sanitária	2	E	Anulação da Questão	NO EDITAL DO CONCURSO CONSTA QUE NÃO ERA PERMITIDO A ENTRADA DE CELULARES E SMARTPHONES NOS PRÉDIOS QUE ACONTECERIAM AS PROVAS, ENTRETANTO, ALGUNS CELULARES FORAM RECOLHIDOS JÁ DENTRO DO PRÉDIO. CONSTA NO EDITAL TAMBÉM QUE É PROIBIDO USO DE ADORNOS, COMO RELÓGIOS, E MUITOS CANDIDATOS ESTAVAM USANDO NA HORA DA PROVA. É NOTÓRIO A FALHA E IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DA PROVA, VISTO QUE NÃO TAMBEM NÃO TINHA DETECTOR DE METAL EM ALGUMAS SALAS E PRÉDIOS.	INDEFERIDO	Porque a justificativa do requerente não tem nada a ver com a questão. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
7	Agente de Vigilância Sanitária	6	C	Anulação da Questão	Entende-se por compreensão aquilo que esta no texto e interpretação além do texto, pois nessa questão só fala as características da vegetação, em nenhum momento fala que esta chovendo. Questão mal elaborada.	INDEFERIDO	porque a justificativa não tem fundamentação, pois que a questão não é de se ter chuva ou não na localidade, e sim o significado da palavra <i>ombrófila</i> , que tem origem grega e significa "amigo das chuvas", o mesmo que pluvial de origem latina, e caracteriza uma formação vegetal cujo



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
							desenvolvimento depende do regime de águas pluviais abundantes e constantes. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.
8	Agente de Vigilância Sanitária	11	E	Anulação da Questão	Questão mal elaborada.	INDEFERIDO	Recurso sem fundamentação e inconveniente.
9	Agente de Vigilância Sanitária	12	A	Revisão do Gabarito	As duas primeiras é Verdadeira e as duas últimas são Falsas... Respostas seria a Alternativa "B"	INDEFERIDO	Atente-se que $1/5$ é igual a $0,2$, só que houvera mudança no texto de multiplicar para dividir. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "A" como assertiva.
10	Agente de Vigilância Sanitária	21	D	Anulação da Questão	Lembro quando fui estudar fiz várias pesquisas sobre o Rio Balsa, e não achei afluentes e nem aonde desagua, e em pesquisas de internet e nem apostilas tem essa informação, ou seja essa informação foi tirada de onde. As informações são muito pouca, questão mal elaborada.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 03.
11	Agente de Vigilância Sanitária	26	B	Revisão do Gabarito	A alternativa "B" consta Iabetê; e o correto é Labetê , a alternativa está com a vogal "I" no início da palavra, e o correto seria a letra "L" então nenhuma das alternativas estaria correta!	INDEFERIDO	O que se pede é a palavra que completa a lacuna e nesse texto a palavra é Iabetê. "Pelo Decreto-Lei Estadual nº 8305, de 31-12-1943, o distrito de Ponte Alta passou a chamar-se Iabetê." Segundo IBGE. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "B" como assertiva.
12	Assistente Social	27	A	Anulação da Questão	solicito a anulação da questão 27, se possível, pois ela apresenta um erro na citação da legislação mencionada no enunciado. A questão faz referência a lei"055,de 09 de maio de 1990",mas a legislação correta e a "lei 055,de 09 de maio de 1996.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
13	Assistente Social	27	A	Anulação da Questão	solicito a anulação da questão 27,se possível, pois ela apresenta um erro na citação da legislação mencionada no enunciado. A questão faz referência a "lei 055,de 09 de maio de 1990", mas a legislação correta e a "lei 055 de 09 de maio de 1996".	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
14	Auxiliar de Serviços Gerais	2	E	Revisão do Gabarito	<p>Pedido de Recurso - Questão 02 À Comissão de Avaliação [Nome da Instituição] Assunto: Recurso contra o gabarito da Questão 02. Eu, [Francielle Soares Barros], matrícula [000421], venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito atribuído à Questão 02 do exame realizado em [24/11/2024], conforme a seguinte argumentação: Enunciado da Questão 02: Na linha 12 do texto temos a palavra, no diminutivo, "meninazinha". Essa palavra é o diminutivo de: a) criança pequena; b) bebê; c) melissa; d) criança anã; e) nenhuma das alternativas anteriores. Gabarito indicado: Alternativa correta segundo o gabarito oficial: e) nenhuma das alternativas anteriores. Justificativa do pedido de recurso: Após análise detalhada da questão e do texto, acredito que o gabarito atribuído está incorreto e a alternativa correta seria a alternativa a), "criança pequena", por se tratar de uma palavra no diminutivo. 1. Análise da palavra "meninazinha": A palavra "meninazinha" é formada a partir de "menina" + o sufixo "-zinha", que é um sufixo de diminutivo. Esse sufixo é utilizado para indicar algo pequeno ou afetivo. 2. Relação com as alternativas: A alternativa a), "criança pequena", está corretamente associada ao diminutivo de "menina", pois "meninazinha" é uma forma diminutiva de "menina", e "menina" é uma criança pequena. A alternativa b), "bebê", não se aplica, pois "meninazinha" não tem o mesmo significado que "bebê", que se refere a uma criança muito nova, geralmente no primeiro ano de vida. As alternativas c) e d), "melissa" e "criança anã", não fazem sentido no contexto, pois "melissa" é um nome próprio e "criança anã" é uma expressão que se refere a uma condição específica de crescimento, o que não é indicado</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>pelo diminutivo de "menina". Conclusão: Considerando a explicação acima, solicito a revisão do gabarito atribuído à questão, uma vez que a alternativa a), "criança pequena", é a resposta mais adequada, pois reflete corretamente o uso do diminutivo de "menina". Solicito, portanto, que o gabarito seja reavaliado. Agradeço pela atenção e aguardo o parecer. Atenciosamente, [Francielle Soares Barros] Matrícula/Identificação: [000421] Curso/Exame: [Auxiliar de Serviços Gerais] Data: [27/11/2024]</p>		
15	Auxiliar de Serviços Gerais	2	E	Revisão do Gabarito	<p>Pedido de Recurso - Questão 02 À Comissão de Avaliação [IDESC] Assunto: Recurso contra o gabarito da Questão 02. Eu, [Francielle Soares Barros], matrícula [000421], venho, respeitosamente, interpor recurso contra o gabarito atribuído à Questão 02 do exame realizado em [24/11/2024], conforme a seguinte argumentação: Enunciado da Questão 02: Na linha 12 do texto temos a palavra, no diminutivo, "meninazinha". Essa palavra é o diminutivo de: a) criança pequena; b) bebê; c) melissa; d) criança anã; e) nenhuma das alternativas anteriores. Gabarito indicado: Alternativa correta segundo o gabarito oficial: e) nenhuma das alternativas anteriores. Justificativa do pedido de recurso: Após análise detalhada da questão e do texto, acredito que o gabarito atribuído está incorreto e a alternativa correta seria a alternativa a), "criança pequena", por se tratar de uma palavra no diminutivo. 1. Análise da palavra "meninazinha": A palavra "meninazinha" é formada a partir de "menina" + o sufixo "-zinha", que é um sufixo de diminutivo. Esse sufixo é utilizado para indicar algo pequeno ou afetivo. 2. Relação com as alternativas: A alternativa a), "criança pequena", está corretamente associada ao diminutivo de "menina", pois "meninazinha" é</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>uma forma diminutiva de "menina", e "menina" é uma criança pequena. A alternativa b), "bebê", não se aplica, pois "meninazinha" não tem o mesmo significado que "bebê", que se refere a uma criança muito nova, geralmente no primeiro ano de vida. As alternativas c) e d), "melissa" e "criança anã", não fazem sentido no contexto, pois "melissa" é um nome próprio e "criança anã" é uma expressão que se refere a uma condição específica de crescimento, o que não é indicado pelo diminutivo de "menina". Conclusão: Considerando a explicação acima, solicito a revisão do gabarito atribuído à questão, uma vez que a alternativa a), "criança pequena", é a resposta mais adequada, pois reflete corretamente o uso do diminutivo de "menina". Solicito, portanto, que o gabarito seja reavaliado. Agradeço pela atenção e aguardo o parecer. Atenciosamente, [Francielle Soares Barros] Matrícula/Identificação: [000421] Curso/Exame: [Auxiliar de Serviços Gerais] Data: [27/11/2024]</p>		
16	Auxiliar de Serviços Gerais	20	A	Anulação da Questão	<p>Recurso Administrativo Destinatário: IDESC - Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania Ref: Solicitação de Anulação de Questão - Prova P1.a - Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Tocantins - 2024 Candidato: Thallis Tavares Júnior Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais Prezados(as), Venho, respeitosamente, por meio deste, solicitar a anulação da questão que trata da soma incorreta realizada por um aluno ao utilizar a calculadora, cuja resolução envolvia identificar o ajuste necessário para corrigir o erro. Seguem os fundamentos para a solicitação: Enunciado Ambíguo O enunciado da questão afirma que o aluno registrou incorretamente a soma e pede que o erro seja corrigido "sem realizar uma nova</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>soma". No entanto, ao analisar a alternativa indicada como correta, "adicionar 200", verifica-se que essa ação envolve explicitamente uma operação de soma (adicionar é sinônimo de somar). Assim, a própria alternativa contraria a restrição estabelecida no enunciado, gerando ambiguidade quanto à interpretação do problema. Falta de uma Alternativa Adequada Nenhuma das alternativas apresentadas resolve o problema de forma consistente com a exigência de não realizar uma "nova soma". Qualquer tentativa de corrigir o erro exigirá a realização de uma operação matemática, seja adicionar ou subtrair valores. Assim, o enunciado não é compatível com as alternativas fornecidas, configurando um vício no enunciado que inviabiliza a resolução objetiva e precisa da questão. Prejuízo ao Princípio da Clareza De acordo com os princípios que regem concursos públicos, as questões devem ser claras, objetivas e isentas de ambiguidades. Essa é uma exigência básica para que todos os candidatos tenham igualdade de condições na avaliação. A ambiguidade presente no enunciado da questão compromete sua objetividade, prejudicando os candidatos que buscam atender estritamente às condições impostas. Solicitação Com base nos pontos destacados, solicito que a questão seja anulada por apresentar vício de clareza e lógica no enunciado. Essa medida preservará a isonomia e a justiça do certame. Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Atenciosamente, Thallis Tavares Júnior</p>		
17	Auxiliar de Serviços Gerais	27	B	Anulação da Questão	Solicito anulaçao da questao uma vez que a pergunta ao final nao tem concordancia com o enunciado. no texto referência citado nao menciona a divisa natural entre lagoa e santa	INDEFERIDO	O enunciado tem tudo a ver com o que se pede, pois informa que "Ponte Alta do Tocantins é quase uma ilha, [...]" isto é, grande parte de suas confrontações são naturais, como é o caso da confrontação com o Município de Santa Tereza do Tocantins

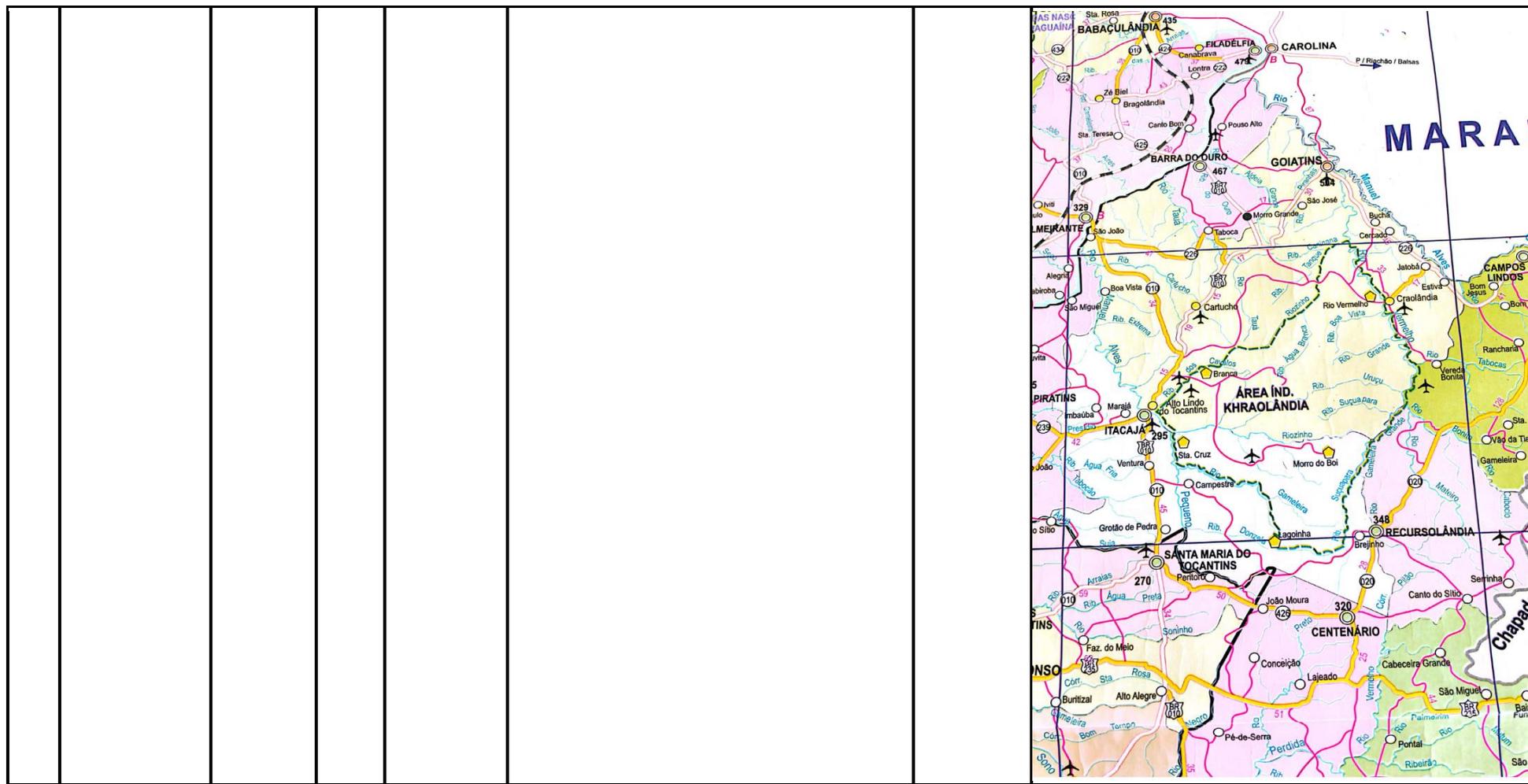


COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					tereza, tampouco fala sobre o correjo caracol como divisor natural. questao desconexa. nao se pode iniciar o enunciado de um texto e fazer questionamento alheio a ele. solicito anulacao.		e parte do Município de Lagoa do Tocantins, onde o rio Caracol serve de divisa natural. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "B" como assertiva.
18	Auxiliar de Serviços Gerais	28	A	Anulação da Questão	asd	INDEFERIDO	Recurso irregular.
19	Auxiliar de Serviços Gerais	28	A	Anulação da Questão	conforme Junior GEO - 2023. pag 04 O trecho da BR-010 corta o Tocantins principalmente a direita do rio Tocantins, passando pelos municípios de Paranã, Natividade, Silvanópolis, Palmas, Aparecida do Rio Negro, Rio Sono, Santa Maria, Itacajá e Goiatins. Em alguns momentos a mesma se confunde com o trecho da TO-050, no que tange ao percurso entre Príncipe e Silvanópolis. O desconhecimento da mesma se dá em função de boa parte desta rodovia ser em trecho ainda sem asfalto e, portanto, pouco utilizada no Estado. Solicito anulacao da questao	DEFERIDO	



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO



Praça dos Três Poderes, nº s/n, centro
CEP 77590-000 Ponte Alta do Tocantins-TO



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
							O Mapa do Estado do Tocantins – Político, Rodoviário, Turístico e Estatístico, traz o traçado da BR 010, em seu roteiro originário, todavia os governantes, em detrimento da região do Jalapão, estão fazendo de tudo para que a BR 010, mude a rota passando na Capital Palmas: “O termo de intenção de federalização da TO-050 como BR-010 foi assinado em dezembro de 2022 por representantes do Ministério da Infraestrutura.” “A TO-050 será transferida para o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) quando as obras de adaptação da malha asfáltica estiverem concluídas.” Mas o que se tem de formalizado é um trecho de menos de 50 quilômetros federalizado, de Aparecida do Rio Negro a Palmas. Fica o registro para caracterizar a falta de gestão dos representantes dos municípios excluídos com a perda da BR 010 em sua região. Assim, resolve-se pela ANULAÇÃO da questão.
20	Auxiliar de Serviços Gerais	28	A	Anulação da Questão	o mesmo ocorre no site. afnoticias no google conclusao da br 010 no tocantins beneficia quatro estados obra esta parada ha 10 anos Br 010 não passa por pindorama nem ponte alta. o correto seria seria to 130 Polirio ribeiro guedes cobrado no concurso de Pindorama em 2016, que não passa pelos outros municípios citados. anular	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
21	Auxiliar de Serviços Gerais	28	A	Anulação da Questão	A questão Falou o tempo todinho de Br, fala que passa por Itacajá, santa Maria, novo acordo, ponte alta e Pindorama.todas as rodovias federais começam com BR e estaduais com TO as do Tocantins. E aqui a que passa é a TO 130, não passa BR nessa região, no caso ou seria anulada ou a resposta certa seria alternativa E NENHUMA DAS ALTERNATIVAS. Se fosse TO seria a 050, mas n, na pergunta fala o tempo todinho de Br. Então como BR 010 não passa por aqui seria anulada essa questão, teria q anular ou revisar essa questão!	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
22	Auxiliar de Serviços Gerais	28	A	Revisão do Gabarito	O trecho da BR-010 corta o Tocantins principalmente a direita do rio Tocantins, passando pelos municípios de Paranã, Natividade, Silvanópolis, Palmas, Aparecida do Rio Negro, Rio Sono, Santa Maria, Itacajá e Goiatins. Em alguns momentos a mesma se confunde com o trecho da TO-050, no que tange ao percurso entre Príncipe e Silvanópolis. O desconhecimento da mesma se dá em função de boa parte desta rodovia ser em trecho ainda sem asfalto e, portanto, pouco utilizada no Estado. Junior GEO - 2023. pag 4	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
23	Auxiliar de Serviços Gerais	28	A	Revisão do Gabarito	Prezado analisador a BR 010 não passa por Ponte Alta do Tocantins como também não corta a cidade de Pindorama, portanto a alternativa a ser considerada seria a letra E. Aqui passa a TO E NÃO BR.	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
24	Auxiliar de Serviços Gerais	33	D	Anulação da Questão	Na perceptiva da árvore o gabarito está correto, a fava de bolota é símbolo do Estado de Tocantins, segundo a LEI Nº 915, de 16 de Janeiro de 1997 e recebe várias denominações a exemplo, bodoqueiro, andirá. Ma, no enunciado da questão cita a BR 010, a vegetação de reflorestamento com as favas de bolota, com nome científico parkia platycephala não se encontram às margens da BR 010, mas sim da TO-255, que é de responsabilidade estadual.	INDEFERIDO	Embora a contextualização tenha citada a BR 010, nada impede que o nome da árvore plantada às margens da rodovia que também tem a identificação de TO 255, mude de denominação, portanto, a assertiva é a com denominação de Jequitibá. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.
25	Auxiliar de Serviços Gerais	34	C	Anulação da Questão	Solicito a estimada banca anulação da questão, pois não cita a fonte e trata-se de uma fala dentro de tantas que houve, em um contexto bem específico, que provavelmente talvez nem o próprio emissor se lembre, ferindo assim o princípio da isonomia. Não tem como uma pessoa que não mora no lugar e mais especificamente não esteve no momento dessa falar saber quem o fez, em que o ocasião e quando o fez.	INDEFERIDO	A questão é tão simples, pois a contextualização se resume em indagar quem é o atual presidente da Câmara Municipal de Ponte Alta do Tocantins, não importando se o candidato reside ou não na cidade de Ponte Alta do Tocantins. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
26	Brigadista de Combate a Incêndios Florestais	7	E	Revisão do Gabarito	A palavra que não contempla agudo é: Resposta correta: Letra "C" plebe se escreve sem acento agudo.	DEFERIDO	O recurso atende aos requisitos propostos. Assim, resolve-se pela ALTERAÇÃO da assertiva para a alternativa "C".
27	Brigadista de Combate a Incêndios Florestais	34	E	Revisão do Gabarito	Todas as alternativas "ABCD" estão corretas. Sendo assim qualquer alternativa estará correta. E a letra "É" está anulando todas as alternativas anteriores contradizendo a pergunta. sendo assim a alternativa letra "E" não pode ser considerada a correta.	INDEFERIDO	No questionamento pede para assinalar a alternativa que não está contemplada (que é o exceto), como todas estão contempladas na legislação, nada mais correto que assinalar nenhuma das alternativas anteriores. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
28	Brigadista de Combate a Incêndios Florestais	34	E	Revisão do Gabarito	Artigo:20 subseção III do estágio probatório: Parágrafo único: produtividade, disciplina, iniciativa, assiduidade	INDEFERIDO	Vide parecer do item 27.
29	Enfermeiro	18	C	Anulação da Questão	Respeitosamente questiono essa questão. Pois ao meu ver apresenta alguns erros passíveis de anulação. A letra B também é uma possível resposta. Um alqueire Goiânia equivale 48400 m2, dividindo 1 000 000 por 48400 dá 20,66 alqueires. A palavra exceto causa confusão na interpretação, sugerindo que há apenas uma alternativa errada Outrossim, a questão apresenta uma quadrado perfeito - perímetro 4km - com 1km de lado, isto é, 1000m, sendo assim, sua área é 1.000.000m2, o que sugere alternativa A como correta. Outro observação, considerando que 1 alqueire Goiânia equivale 48.000m2, nesse caso ao dividir 1.000.000 por 48.000, resulta em 20,66, o também sugere a alternativa B como correta. Veja bem neste link o cálculo de alqueire. https://exame.com/agro/hectare-ou-alqueire-saiba-quanto-vale-e-como-usar/	INDEFERIDO	Sim concorda-se com os cálculos apresentados, todavia a alternativa incorreta é a que corresponde a 110 ha, que na verdade são somente 100 ha. Resoluções: a) $4.000.000 / 4 = 1.000.000 \text{ m}^2$; b) $1.000.000 / 48.400 = 20,66$ alqueires goianos; c) $1.000.000 \text{ m}^2 / 10.000 \text{ m}^2 = \mathbf{100 \text{ ha}}$; d) $20,66 \times 80 = 1.652,80$ litros de terra. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.
30	Enfermeiro	23	C	Anulação da Questão	Venho, respeitosamente, argumentar sobre a necessidade de anulação desta questão. O motivo é de que não estava previsto no Edital os ADCT, da CF de 1998. Saliento que várias Leis foram	INDEFERIDO	A contextualização da questão não é uma mera leitura da Constituição Federal, na verdade é um fato histórico da criação do Estado do Tocantins. Foi nesse parágrafo que ficaram estabelecidos os limites geográficos do novo estado. Portanto,



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					citadas, inclusive a própria CF de 88, para cargos específicos, como de Assistente Social e Agentes Comunitários de Saúde. Porém, especificamente para enfermeiro não foi citada, nem mesmo nos assuntos de Conhecimentos Gerais. Sabendo que no edital deve conter o conteúdo programático das matérias que serão exigidas nas provas e suas fases para que conteúdo programático siga em consonância ao princípio da eficiência, tendo como sub princípio o da não-surpresa dos atos Administrativos, além de prever todo o conteúdo de prova e trazer toda sua delimitação, promovendo assim, um princípio marcante, qual seja, o princípio da vinculação, acredito que essa questão deverá ser anulada.		é a História do Tocantins que se revive nessa questão. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.
31	Enfermeiro	25	E	Revisão do Gabarito	No edital do concurso consta que não era permitido a entrada de celulares e smartphones, alguns celulares foram recolhidos já dentro do prédio. Consta no edital também que é proibido uso de adornos, relógio e muitos candidatos estavam usando dentro da sala. E notório a falha e irregularidades na aplicação da prova.	INDEFERIDO	O assunto nada tem a ver com a questão objeto do Recurso. Os fatos aqui aventados deveriam ter sido levado ao conhecimento da Coordenação para a adoção das medidas cabíveis.
32	Enfermeiro	25	E	Anulação da Questão	A questão 25 cobra a história do município conforme o IBGE, fonte que não foi especificada no cronograma de estudo, sendo a mesma, indicada da bibliografia da Gemima Barreira, portanto solicito anulação da questão por estar cobrando uma fonte que não estava prevista. Na bibliografia da Gemima e mencionado que veio as famílias MASCARENHAS E RUFO. fonte: histórico de Ponte Alta do Tocantins-TO, Gemima Barreira -página 1.	INDEFERIDO	O sítio do IBGE é a primeira e principal fonte que se busca, pois é divulgação oficial. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
33	Enfermeiro	27	A	Anulação da Questão	A questão de número 27 exige conhecimentos sobre o Provimento de pessoal e embasa esses conhecimentos na Lei de número 055, de 09 de Maio de *1990*. Entretanto, A lei que disciplina o provimento de pessoal é a Lei de número 055	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					de 09 de Maio de *1996,* ,não sendo possível embasar qualquer das alternativas na lei citada no enunciado, visto que inexistente no ordenamento jurídico municipal a referida lei. Portanto peço que seja anulada a questão de número 27.		
34	Enfermeiro	29	E	Anulação da Questão	A questão 29 apresenta ambiguidade de interpretação, pois duas alternativas são corretas, pois não fica claro se é sobre um item indispensável ou sobre um campo obrigatório. Fundamentação 1. A questão solicita sobre o envio de um e-mail, destacando "enviar" como item indispensável. 2. Duas alternativas são corretas: - Alternativa [D]: "Se for interpretada como ITEM INDISPENSÁVEL." - Alternativa [E]: "Se for interpretada como CAMPO OBRIGATÓRIO." 3. A presença de duas respostas corretas viola o princípio de unicidade de resposta.	INDEFERIDO	A contextualização da questão relata que é necessário o preenchimento de alguns campos, portanto, que seja preenchido. Nesse entendimento o campo obrigatório é o destinatário, que sem esse o e-mail não vai, sequer, ser enviado. Já o "Enviar" é um botão, não admite preenchimento. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa " E " como assertiva.
35	Enfermeiro	30	D	Anulação da Questão	A questão 30 tem como opção correta de acordo com o gabarito preliminar a questão "D" que afirma que o comando para ir para o início da planilha no Excel é Ctrl + Home. No entanto, como o sistema operacional não foi citado na questão este comando tem variações conforme o sistema operacional utilizado No sistema Windows o correto para o início da planilha no Excel é: *Windows: Ctrl + Home Já no Mac: En + Ctrl + Seta para esquerda (Pois o teclado nativo da Apple não possui a tecla Home) Portanto conclui -se que a questão seja passível de anulação levando em considerando as diferenças entre sistemas operacionais Referências - Microsoft Support: "Atalhos de teclado no Excel" - Excel-Easy: "Atalhos de teclado no Excel!"	INDEFERIDO	Na verdade, o que diferencia os comandos é o teclado, pois o Excel é um software de planilhas eletrônicas da Microsoft. Dessa forma, como o questionamento não fez referência ao tipo de teclado e sendo o candidato conhecedor dos dois sistemas, nada mais justo considerar a combinação das teclas Ctrl + Home. Ademais, os teclados ABNT e ABNT2 são os dois modelos de teclados usados no Brasil , ambos seguem o padrão QWERTY. A principal diferença entre os dois é que o ABNT2 tem uma tecla a mais, a Alt Gr, que fica à direita da barra de espaço. Como a alternativa correta está dentre as apontadas, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa " D " como assertiva.
36	Enfermeiro	31	D	Anulação da Questão	A questão não específica o tipo de ferimento, neste caso o primeiro passo seria avaliar a ferida, avaliar o tipo de ferimento, classificar se for	INDEFERIDO	Segundo as autoras Brunner & Suddarth, 2017. A limpeza da ferida com solução salina é o primeiro passo para o tratamento da ferida, portanto a alternativa correta é a letra D.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					o caso (cirúrgico, traumático, arma de fogo, queimado e etc.) para depois realizar a limpeza, pois a mesma pode varias de uma simples escoriação, até um ferida operatória, um queimado extenso (neste caso seria resfriar o primeiro passo) acredito que o primeiro passo seria a avaliação minuciosa da ferida tendo invista que a maioria das literatura leva como primeiro passo a avaliação até mesmos para escolher o tipo de cobertura.		Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.
37	Enfermeiro	38	B	Anulação da Questão	Prezada banca examinadora esta solicitação de recurso é referente a questão 38 da prova p4.b. A questão tem como enunciado "Uma gestante, primigesta, apresenta queixas de inchaço nas pernas especialmente no final do dia. Qual das seguintes orientações o (a) enfermeiro (a) deve fornecer à paciente" ... A resposta do gabarito se refere a B, onde diz que o enfermeiro(a) deve orientar a paciente a elevar os membros inferiores (MMII) e utilizar meias de compressão ao descansar. Com todo respeito a banca examinadora, gostaria de argumentar minha discordância com a resposta. Primeiramente, o enunciado não me disponibiliza informações que apontem possíveis motivos para a paciente está apresentando edema em MMII, para qual eu opte pela resposta na qual aponta a conduta correta. Acredito que reforçou especialmente final do dia, não sugere algo simples, cabendo apenas uma orientação como sugere a questão B, pois essa queixa não é suficiente para o profissional enfermeiro(a) possa identificar que se trata apenas de um edema fisiológico da gestação. Existem outras causas que podem levar a gestante a apresentar edema em MMII, como por exemplo: Cardiopatia per parto, que se trata de uma insuficiência cardíaca que surge no final da gestação ou após o parto; no enunciado não	INDEFERIDO	Segundo a autora Sônia Maria, 2016. O inchaço nas pernas e pés é um sintoma comum na gravidez, causado pelo aumento do volume sanguíneo e pela compressão das veias pelo útero, portanto a orientação correta é a alternativa B. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "B" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					informa a idade gestacional. Diante dessas e mais causas que podem levar ao edema em MMII em uma gestante seja ela primigesta ou não, o enfermeiro não pode simplesmente elevar os MMII e usar meias de compressão ao descansar. Segundo o Caderno de Atenção Básica nº32/2013 (Atenção ao pré natal de baixo risco) página 172; e para pacientes que manifestam varizes e risco de tromboembolismo. Saliento também a importância do profissional enfermeiro está capacitado para orientação de uso de meias de compressão, pois a indicação varia de acordo cada caso. Desde já agradeço.		
38	Enfermeiro	38	B	Revisão do Gabarito	Essa questão tem como enunciado 'Uma gestante, primigesta, apresenta queixas de inchaço nas pernas, especialmente no final do dia. Qual das seguintes orientações a enfermeira (o) deve fornecer à paciente"... A resposta do gabarito se refere a opção B, onde diz que a(o) enfermeira(a) deve orientar a paciente a utilizar meias de compressão e elevar os membros inferiores (MMII) ao descansar. Com todo respeito ao IDESC, gostaria de argumentar minha discordância com a resposta. Primeiramente, o enunciado não me possibilita informações que apontem o possível motivo da paciente está apresentando edema em MMII para que eu possa optar pela resposta na qual aponta para a conduta adequada. Acredito que o acréscimo "especialmente ao final do dia" não é motivo para supor ser algo simples, cabendo apenas uma orientação como sugere a opção B da questão, pois essa queixa não é suficiente para o profissional enfermeiro que está prestando assistência identificar que se trata apenas de um edema fisiológico da gestação, por conta de retenção de sódio induzida por hormônios ou, pelo aumento do útero o que leva a uma	INDEFERIDO	Vide parecer do item 37.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>compressão intermitente da veia cava inferior quando a gestante está em decúbito dorsal e que, conseqüentemente obstrui a via de saída de ambas as veias femorais, levando ao edema em MMII. Existem outras causas que podem levar a gestante a apresentar edema de MMII e isto deve ser investigado pelo profissional de enfermagem que assiste ao pré-natal de baixo risco. Pois edema em MMII, sejam especialmente no final do dia ou não, podem ser sinal de pré-eclâmpsia, onde o enfermeiro poderia solicitar exame de urina para identificar a presença de proteinúria e acompanhar a pressão arterial da gestante. Pode ter também como causa a cardiopatia periparto, que se trata de uma insuficiência cardíaca que surge no final da gestação ou após o parto. No enunciado não informa a idade gestacional. A trombose venosa profunda (TVP) também pode causar edema em MMII, pois os coágulos que se formam em vasos profundos, podem se manifestar especialmente nos MMII. Diante dessas e mais causas que podem levar ao edema em MMII em uma gestante, seja ela primigesta ou não, o enfermeiro não pode simplesmente orientar o uso de meia de compressão e elevação dos MMII ao descansar. A indicação para o uso de meias de compressão, segundo o CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA Nº 32/2013 (Atenção ao pré-natal de baixo risco) página 172, é para pacientes que manifestam varizes e risco para tromboembolismo. E a questão em si não aponta para uma suposta causa. Saliento ainda a importância do enfermeiro está capacitado para orientação de uso de meias de compressão, pois há a necessidade do conhecimento de indicação de pressão para cada caso, pois a pressão das meias de compressão varia de acordo com a necessidade e circunferência de MMII de cada</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					paciente. O enunciado não apresenta informação que sugere que o enfermeiro esteja capacitado para tais indicações. E se for uma forma de tratamento o enfermeiro não poderia prescrever a meia de compressão, de acordo com a LEI DO ATO MÉDICO Nº 12842, art. 8, § 1. Diante disso, acredito que nenhuma das alternativas correspondem a uma assistência adequada. Desde já agradeço pela atenção.		
39	Enfermeiro	39	C	Revisão do Gabarito	É com respeito que venho argumentar a minha percepção da necessidade de revisão do gabarito. Não se faz possível afirmar de acordo com a Portaria nº 1520/2028, que uma ação prioritária do enfermeiro no Atendimento domiciliar seja identificar e notificar casos suspeitos de doenças transmitida por vetores. A própria Portaria nº 1520/2028 vem informando quais indicadores será necessário alcançar e nenhum deles diz sobre o ato de notificar, mas sim de encerrar notificações em tempo oportuno, como esta escrito como a sexta meta. Outras são as metas 13 e 14, que vem falando sobre o preenchimento de campos obrigatórios, como "ocupação" e "raça/cor", respectivamente. Outros assuntos desta portaria são pertinentes a números de nascidos vivos, vacinas, entre outros. Mas em nenhuma linha vem deixando claro sobre NOTIFICAR qualquer doença ou agravo. Sabemos que notificar não é uma ação prioritária do Enfermeiro, já que de acordo com a PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024, no seu Art. 535 diz " A Atenção Domiciliar é indicada para pessoas que necessitam de atenção à saúde e que estejam em situação de restrição ao leito ou lar ou em condição clínica ou de vulnerabilidade, de forma temporária ou permanente, na qual a atenção domiciliar é considerada a oferta mais oportuna para	INDEFERIDO	Diante da análise apresentada, a alternativa c) "Identificar e notificar casos suspeitos de doenças transmitidas por vetores" é a que melhor representa a ação prioritária do enfermeiro durante a visita domiciliar, de acordo com a Portaria nº 1.520/2018. A identificação precoce de casos e a notificação são essenciais para o controle de doenças e a proteção da saúde da população. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					TRATAMENTO, PALIAÇÃO, REABILITAÇÃO E PREVENÇÃO DE AGRAVOS" . Ou seja, o enfermeiro não desloca da sua Unidade de Atendimento até um domicílio para desenvolver como ação prioritária a identificação e notificação de casos suspeitos de doenças transmitidas por vetores. Nem a Portaria nº 1520/2028 citada no enunciado respaldaria essa ação, já que ela não cita sobre alcance de metas pela identificação e notificação. Claro que, durante a visita domiciliar a um paciente que apresente um perfil de paciente acamado, por exemplo, ao fazer sua consulta, suspeitar de uma doença OU AGRAVO, ela poderá sim notificar, porém estará cumprindo um dos princípios do SUS, a integralidade, ver o paciente como todo, mas isso não torna prioridade na sua visita. Diante disto, acredito ser a resposta "nenhuma das alternativas"		
40	Enfermeiro	39	C	Revisão do Gabarito	É com respeito que venho argumentar a minha percepção da necessidade de revisão do gabarito. Não se faz possível afirmar de acordo com a Portaria nº 1520/2018, que uma ação prioritária do enfermeiro no Atendimento domiciliar seja identificar e notificar casos suspeitos de doenças transmitida por vetores. A própria Portaria nº 1520/2018 vem informando quais indicadores será necessário alcançar e nenhum deles diz sobre o ato de notificar, mas sim de encerrar notificações em tempo oportuno, como esta escrito como a sexta meta. Outras são as metas 13 e 14, que vem falando sobre o preenchimento de campos obrigatórios, como "ocupação" e "raça/cor", respectivamente. Outros assuntos desta portaria são pertinentes a números de nascidos vivos, vacinas, entre outros. Mas em nenhuma linha vem deixando claro sobre o ato de NOTIFICAR qualquer doença ou agravo. Sabemos	INDEFERIDO	Vide parecer do item 39.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>que notificar não é uma ação prioritária do Enfermeiro, já que de acordo com a PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024, no seu Art. 535 diz " A Atenção Domiciliar é indicada para pessoas que necessitam de atenção à saúde e que estejam em situação de restrição ao leito ou lar ou em condição clínica ou de vulnerabilidade, de forma temporária ou permanente, na qual a atenção domiciliar é considerada a oferta mais oportuna para TRATAMENTO, PALIAÇÃO, REABILITAÇÃO E PREVENÇÃO DE AGRAVOS" . Ou seja, o enfermeiro não se desloca da sua Unidade de Atendimento até um domicílio para desenvolver como ação prioritária a identificação e notificação de casos suspeitos de doenças transmitidas por vetores. Nem a Portaria nº 1520/2018 citada no enunciado respaldaria essa ação, já que ela não cita sobre alcance de metas pela identificação e notificação, mas sim pelo preenchimento de dados importantes, que antes eram ignorados pelos profissionais no ato da notificação. Claro que, durante a visita domiciliar a um paciente que apresente um perfil de paciente acamado, por exemplo, ao fazer sua consulta, suspeitar de uma doença OU AGRAVO, ela poderá sim notificar, porém estará cumprindo um dos princípios do SUS, a integralidade, ver o paciente como todo, mas isso não o torna uma ação prioritária no momento da sua visita. Torno ressaltar, a Portaria nº 1.520/2018, NÃO fala sobre o ato de identificar e notificar casos suspeitos de doenças transmitidas por vetores, mas sim de alcançar metas ao encerrar as notificações em tempo oportuno, preencher alguns campos obrigatórios. Diante disso é que eu solicito, respeitosamente, a revisão do gabarito, pois creio que a resposta seria "nenhuma das alternativas", LETRA E.</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
41	Farmacêutico - Bioquímico	22	B	Anulação da Questão	A questão 22 do gabarito prova P4.c possui duas perguntas com duas respostas diferentes, o Rio Gameleira não pertence a hidrografia de Ponte Alta do To no entanto o mesmo desagua no Rio Balsas, enquanto que o Rio Soninho realmente faz parte da hidrografia Pontealtense porém não desagua no Rio Balsas, mas sim no Rio sono.	INDEFERIDO	O rio Soninho reportado nas alternativas é o que nasce na região da Mata Nova, próximo da divisa com o Município de Mateiros, ao sul do Município de Ponte Alta do Tocantins, sendo esse genuinamente pontealtense e deságua no rio das Balsas. Quanto ao rio Gameleira, esse pertence à hidrografia do Município de Pindorama do Tocantins e desagua no rio das Balsas. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "B" como assertiva
42	Farmacêutico - Bioquímico	29	E	Revisão do Gabarito	Enviar também é um item obrigatório para que o email chegue ao seu destino. Como a questão não possui a opção destinatário a opção que mais se aproxima do que foi perguntado e a letra (D) Enviar.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.
43	Farmacêutico - Bioquímico	30	E	Revisão do Gabarito	Enviar também é um item indispensável para que o email chegue ao destinatário. Como não temos a opção destinatário na questão a opção que responde o mais próximo do que foi perguntado é a letra (D) Enviar.	INDEFERIDO	Recurso desconexo.
44	Fiscal de Postura Municipal	4	C	Revisão do Gabarito	Questão 04 A frase a seguir: "Alem do trem, voces tem onibus, taxis e aviões." para ficar corretamente acentuada, precisa de: a)3 acentos; b)4 acentos; C)5 acentos; d) 6 acentos; e) nenhuma das alternativas anteriores. "O til (~) não é um acento, mas sim um sinal gráfico que indica nasalização. Nos exemplos citados, apenas "Além", "vocês", "ônibus" e "táxis" possuem acento." Portanto seria a letra (b) 4 acentos;	INDEFERIDO	Resolução: as palavras são Além, vocês, têm(plural), ônibus e táxis. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva
45	Fiscal de Postura Municipal	7	E	Revisão do Gabarito	À Banca Examinadora, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL E CIDADANIA-IDESC Ref.: Recurso Contra a Questão 07 da Prova do concurso do município de Ponte Alta do Tocantins/TO, realizado dia 24/11/2024, para o cargo de Fiscal de Postura – Nível Fundamental Completo. Eu, Matheus Ferreira Rodrigues, portador do CPF 038.661.911-54 , venho por meio deste recurso solicitar a revisão e a mudança da alternativa	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2., do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>correta da questão 07 da prova, na qual foi apresentada a seguinte afirmação: "A palavra que não contempla acento agudo é: " a) possível; b) tráfego; c) plébe; d) político; e) nenhuma das alternativas anteriores. **Considerações: ** Analisando a questão, percebemos que a alternativa **e) nenhuma das alternativas anteriores. ** foi disponibilizado no gabarito como a correta. No entanto, a palavra **plebe**, não tem acento agudo, a consulta foi feita em dicionário e recursos tecnológicos. O feminino de "plebeu" é "plebéia" e não tem acento porque o "ei" é um ditongo. "Plebe" é um termo que pode ser usado para se referir a: - A classe social mais baixa da Roma Antiga, que se opunha ao patriciado - O povo, ou seja, o estrato da população que não fazia parte da nobreza ou do clero - De forma depreciativa, o conjunto de pessoas que pertencem às classes mais baixas de uma sociedade. Assim, a resposta correta seria: - **Alternativas c**. Dessa forma, solicito que a banca avaliadora considere esta análise e reveja a correta alternativa, possibilitando a correção da questão e a aplicação do gabarito adequado. Agradeço pela atenção e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos. Ponte Alta do Tocantins/TO, 26 de novembro de 2024. Atenciosamente, Matheus Ferreira Rodrigues</p>		
46	Fiscal de Postura Municipal	7	E	Revisão do Gabarito	A questão 07 letra C "plebe" não contempla assento pois é uma palavra paroxítona terminada em E, por tanto a alternativa correta é a letra C	DEFERIDO	Vide parecer do item 26.
47	Fiscal de Postura Municipal	7	E	Revisão do Gabarito	A questão de número 07 pergunta pela palavra que não contém acento agudo. As opções "possível", "político" e "tráfego" possuem acento agudo. Já "plebe", que significa classe social menos favorecida, não possui. Portanto, a resposta correta é a letra (c).	DEFERIDO	Vide parecer do item 26.

COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
48	Fiscal de Postura Municipal	10	C	Anulação da Questão	A letra "A" o vocábulo PÁRA não leva assento pois é uma palavra paroxítona terminada em A A letra "B" PÊLO não está contextualizada é e uma paroxítona termina em o, por tanto não se acentua A letra "C" palavra ITEM não se acentua pois também é uma paroxítona termina em "EM" Conclusão: Temos por tanto dois vocábulos que não estão contextualizados para sabemos se leva acento ou não, além do que a palavra "PELO" não é acentuado porque o acento diferencial foi extinto após a reforma ortográfica. Por tanto a questão teria que ser a letra "E"	DEFERIDO	Pela inconsistência da contextualização, resolve-se pela ANULAÇÃO da questão.
49	Guarda Civil Municipal	1	C	Revisão do Gabarito	sdsds	INDEFERIDO	Recurso sem argumentação.
50	Guarda Civil Municipal	1	E	Revisão do Gabarito	A resposta da questão 01, no gabarito provisório está marcado como sendo a letra "B". Entretanto, no texto está escrito "entre 20 de setembro e 30 de novembro" e não "de 20 de setembro a 30 de novembro" podendo a questão ser interpretada como uma "pegadinha". Por tanto, a resposta correta é a letra "E", "nenhuma das alternativas anteriores". Insta mencionar que, a questão não é nula, pois existe resposta correta.	INDEFERIDO	Porque há falta de fundamentação e de argumentação de parte do requerente, isso porque não existe a hipótese mencionada no recurso de "20 de setembro e 30 de novembro", e sim "de 20 de setembro a 30 de novembro. Um equívoco de parte do(a) requerente. Alternativa (b), porque como a quantidade de capim dourado é muito limitada, a retirada é realizada apenas uma vez por ano. Conforme o Naturatins, a Lei 3.594/2010 estabelece que o período de colheita do capim dourado deve ocorrer entre 20 de setembro a 30 de novembro. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
51	Guarda Civil Municipal	2	A	Revisão do Gabarito	Recurso contra a questão 02 Eu, [RAFAEL SOARES BARROS], venho interpor recurso contra a resposta apresentada para a questão 02, conforme o detalhamento a seguir: Na oração "Estamos acostumados a agressões", a análise de regência nominal identifica corretamente: O termo "acostumados" como regente/subordinante, já que é o nome que exige um complemento para seu sentido. O termo "a agressões" como regido/subordinado, pois funciona como o complemento exigido pelo termo regente. Portanto, a alternativa correta deveria	INDEFERIDO	Porque regente subordinante é <i>acostumados</i> , e regido subordinado é <i>agressões</i> , uma vez que se estabelece a relação de dependência que o nome adjetivo <i>acostumados</i> mantém na frase com o substantivo <i>agressões</i> , a partir da preposição - a. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "A" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					ser: b) regente subordinante subordinado - acostumados; agressões; regido. Caso haja divergência, peço a gentileza de reavaliar os critérios de correção para esta questão e sua relação com a regência nominal, já que o enunciado claramente menciona a necessidade de identificar os termos subordinantes e subordinados. Atenciosamente, [RAFAEL SOARES BARROS] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]		
52	Guarda Civil Municipal	3	E	Revisão do Gabarito	<p>**Recurso de Revisão de Questão** À Banca Examinadora, Refiro-me à questão [03] do exame para Guarda Municipal, na qual a alternativa correta foi indicada como letra "E". No entanto, após análise cuidadosa, venho por meio deste recurso afirmar que a alternativa correta é, na verdade, a letra "B".</p> <p>**Justificativa:** O verbo "aconselhar" é classificado como um verbo transitivo indireto. Para esclarecer: 1. **Definição de Verbo Transitivo Indireto**: Um verbo transitivo indireto requer um complemento que venha acompanhado de uma preposição. No caso da frase apresentada, "aconselharam aos filhos", o complemento "aos filhos" é diretamente ligado ao verbo por meio da preposição "a", caracterizando assim o verbo como transitivo indireto. 2. **Análise do Complemento**: Além disso, o verbo também possui um complemento direto ("o melhor caminho"), que representa o objeto do conselho dado. Essa estrutura reforça a classificação do verbo como transitivo indireto, pois ele admite tanto um complemento direto quanto um indireto. 3. **Fundamentação Gramatical**: Segundo as regras gramaticais da língua portuguesa, os verbos que exigem preposição para se ligar aos seus complementos são considerados transitivos indiretos. Portanto, a opção "B", que classifica o verbo "aconselhar"</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					dessa maneira, está correta. Diante do exposto, solicito a reconsideração da resposta correta para a alternativa "B", em vez da indicada "E". Agradeço pela atenção e fico à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Atenciosamente, [PEDRO HENRIQUE ALVES DO SANTOS] [63] 984915781		
53	Guarda Civil Municipal	4	E	Revisão do Gabarito	Recurso à Questão 04 Prezada Banca, Venho apresentar recurso contra o gabarito divulgado da questão 04, tendo como base a norma culta da Língua Portuguesa, conforme ensinada pela professora Márcia Fernandes. De acordo com a regra gramatical, o adjetivo deve concordar em gênero e número com o substantivo a que se refere. Quando há mais de um substantivo, a concordância pode ocorrer com o mais próximo ou, no caso de nomes próprios, o adjetivo deve obrigatoriamente estar no plural. Nesse contexto, a alternativa D está correta, pois segue a concordância com os substantivos próprios indicados no enunciado. Dessa forma, solicito a revisão do gabarito, considerando a correção técnica e o uso adequado da norma padrão da Língua Portuguesa. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros]	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024
54	Guarda Civil Municipal	4	E	Anulação da Questão	Recurso contra a questão 04 Eu, [Rafael Soares Barros], venho interpor recurso contra a questão 04, solicitando sua anulação, com base nos seguintes argumentos: A questão apresenta uma formulação confusa, além de ambiguidades quanto à aplicação das regras de concordância nominal. No exemplo "Livro e frutas saborosas", o adjetivo "saborosas" concorda apenas com o substantivo mais próximo ("frutas"), mas a explicação fornecida nas alternativas não reflete adequadamente a regra aplicada ao caso apresentado. 1. Incoerência entre enunciado e alternativas: A alternativa "a" menciona que o	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>adjetivo vem antes dos substantivos, o que não corresponde ao exemplo dado, onde o adjetivo está posposto. As demais alternativas também não explicam corretamente a situação específica apresentada na frase, uma vez que não tratam do caso de concordância apenas com o substantivo mais próximo em situações de gêneros e números diferentes. 2. Ausência de clareza didática: A questão mistura conceitos e regras de concordância nominal de forma confusa, dificultando a identificação de uma resposta precisa. Isso pode induzir o candidato ao erro e comprometer a avaliação justa de seus conhecimentos. Dessa forma, solicito a anulação da questão, considerando que nenhuma alternativa atende adequadamente à análise gramatical do exemplo fornecido. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]</p>		
55	Guarda Civil Municipal	4	D	Revisão do Gabarito	<p>A questão 04, no gabarito provisório está marcado como sendo a letra "E". Entretanto, existe uma resposta correta, pois a resposta "D" em que afirma "O adjetivo pode concordar com o mais próximo ou com o conjunto, indo para o masculino plural, a exemplo de Boca e rostos Belos", está correta, vejamos: Na língua portuguesa, há uma regra de concordância que permite que o adjetivo concorde tanto com o núcleo mais próximo quanto com todos os núcleos do sujeito ou do predicado, dependendo do contexto. Ou seja, o adjetivo posposto a mais de um substantivo de gêneros diferentes pode ficar no masculino plural ou concordar com o substantivo mais próximo. Concordância com o núcleo mais próximo: Quando o adjetivo se refere a dois ou mais substantivos coordenados de gêneros diferentes, ele pode concordar apenas</p>	INDEFERIDO	<p>Porque a oração em análise apresenta substantivos de gênero e número diferentes, em que o adjetivo – <i>saborosas</i> – pode assumir o masculino plural ou concordar com o mais próximo, o que é o caso. Em qualquer caso, a concordância do adjetivo com o substantivo mais próximo é obrigatória, quando o sentido o exigir. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.</p>



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					com o substantivo mais próximo. Exemplo: "Boca e rosto belo" (concordando com "rosto", que está no masculino singular). Concordância com o conjunto (masculino plural): Se o adjetivo qualifica dois ou mais substantivos de gêneros diferentes, ele pode ir para o masculino plural, pois essa é a forma de gênero que prevalece na língua portuguesa quando há mistura de gêneros. Exemplo: "Boca e rosto belos" (o adjetivo concorda com os dois substantivos, indo para o masculino plural). Observação sobre a ordem dos substantivos: Se o adjetivo vier antes dos substantivos, ele normalmente concordará com o núcleo mais próximo: Exemplo: "Belo rosto e boca." Se o adjetivo vier depois dos substantivos, ele pode concordar com o mais próximo ou com o conjunto. Mais um exemplo: Vi um homem e uma mulher desconhecidos. Vi um homem e uma mulher desconhecida. Conclusão: A frase "Boca e rosto belos" está de acordo com a norma padrão e exemplifica a concordância com o conjunto dos substantivos. O adjetivo pode, sim, concordar com o mais próximo ou ir para o masculino plural quando se refere a dois ou mais substantivos de gêneros diferentes. Sendo assim, a resposta correta é a letra "D"		
56	Guarda Civil Municipal	5	C	Anulação da Questão	Segue o recurso referente à questão 05: --- Recurso à Questão 05 Prezada Banca, Venho apresentar recurso contra o gabarito divulgado da questão 05, embasado na regra gramatical da Língua Portuguesa, conforme explicada pela Professora Sabrina Vilarinho, graduada em Letras e integrante da equipe Brasil Escola. De acordo com a norma culta, quando os núcleos do sujeito são representados por pronomes pessoais do caso reto, o verbo deve ser flexionado no plural, para concordar adequadamente com o sujeito composto. Dessa forma, Solicito a adulação do	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2., do Edital 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					gabarito oficial para assegurar a validade da resposta. Atenciosamente, [RAFAEL SOARES BARROS]		
57	Guarda Civil Municipal	5	C	Anulação da Questão	Recurso contra a questão 05 Eu, [Rafael Soares Barros], venho interpor recurso contra a questão 05, com base nos seguintes argumentos: 1. Falta de clareza no enunciado: O enunciado apresenta ambiguidades na explicação dos princípios de concordância verbal. Apesar de a questão abordar um caso de sujeito composto por diferentes pessoas gramaticais, a formulação não destaca com clareza a relação entre as pessoas do sujeito e a primazia gramatical, o que pode confundir os candidatos. 2. Problemas nas alternativas: A alternativa c, considerada correta, está excessivamente complexa e usa uma redação pouco objetiva, dificultando a compreensão da regra aplicada. Outras alternativas, como a a e a d, trazem explicações genéricas que podem ser interpretadas como corretas dependendo do ponto de vista, já que o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa (o que também ocorre na frase apresentada). 3. Possibilidade de múltiplas interpretações: A questão não explicita de maneira didática qual é o princípio específico a ser aplicado, resultando em possíveis interpretações diferentes. Isso compromete a avaliação objetiva do conhecimento do candidato. Diante disso, solicito a anulação da questão, considerando que as ambiguidades e problemas de formulação comprometem a clareza e a justiça na avaliação. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024
58	Guarda Civil Municipal	6	C	Revisão do Gabarito	sigam séria a resposta	INDEFERIDO	Recurso desconexo.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
59	Guarda Civil Municipal	7	D	Anulação da Questão	<p>Recurso contra a questão 07 Eu, [Rafael Soares Barros], venho interpor recurso contra a questão 07, com base nos seguintes argumentos: 1. Falta de clareza no enunciado: A questão apresenta ambiguidades na formulação. O enunciado menciona a classificação de colocação pronominal com relação a "antes, no meio e depois do verbo", mas a frase dada ("A vida que me oferece é vazia") não reflete claramente todas essas posições. Isso pode confundir o candidato, já que a questão mistura explicações gerais com uma análise específica. 2. Problemas nas alternativas: As alternativas não apresentam outras possibilidades de interpretação, como a análise do contexto da atração pronominal pelo pronome relativo "que", que gera a próclise. A alternativa d, apesar de ser considerada correta, não destaca adequadamente que a posição do pronome é influenciada por um elemento atrativo, o que deixa margem para interpretações diversas. 3. Inadequação da explicação teórica: O enunciado trata de regras gerais de colocação pronominal (próclise, ênclise, mesóclise) sem explicar como elas se aplicam ao exemplo específico, tornando a relação entre teoria e prática confusa. Isso compromete a compreensão e dificulta a resposta. Diante disso, solicito a anulação da questão, visto que a formulação inadequada e a falta de clareza comprometem a avaliação objetiva dos candidatos. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2., do Edital 001/2024.
60	Guarda Civil Municipal	8	B	Anulação da Questão	<p>Recurso contra a questão 08 Eu, [Rafael Soares Barros], venho interpor recurso contra a questão 08, solicitando sua anulação, com base nos seguintes argumentos: 1. Ambiguidade na formulação da questão: A questão pede para</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2., do Edital 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>identificar o tipo de verbo utilizado na predicação verbal, mas a alternativa correta deveria detalhar com mais clareza que o verbo "entregou" exige tanto um objeto direto (flores) quanto um objeto indireto (a Andréia), caracterizando-o como transitivo direto e indireto. Contudo, a redação das alternativas pode gerar confusão, especialmente na alternativa b, que apresenta a classificação correta, mas a formulação "ao mesmo tempo" pode ser interpretada de maneira ambígua. 2. Dúvidas quanto à terminologia utilizada: A expressão "verbo transitivo direto e indireto, ao mesmo tempo" não é a terminologia mais didática e pode causar confusão entre os candidatos. Idealmente, a questão deveria esclarecer de forma mais objetiva a relação entre o verbo e seus complementos, sem depender de uma expressão como "ao mesmo tempo", que não é usada com frequência na terminologia gramatical. 3. Possibilidade de múltiplas interpretações: Como as alternativas estão mal formuladas, o candidato pode interpretar de maneira errada o tipo de predicação, levando à seleção de respostas incorretas. Isso compromete a precisão da avaliação. Diante disso, solicito a anulação da questão, uma vez que a questão não é clara o suficiente para que os candidatos possam respondê-la de maneira objetiva e correta. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]</p>		
61	Guarda Civil Municipal	11	C	Anulação da Questão	<p>Recurso contra a questão 11 Eu, [Rafael Soares Barros], venho interpor recurso contra a questão 11, solicitando sua anulação, com base nos seguintes argumentos: 1. Ambiguidade na formulação da questão: A alternativa "c) para ser divisível por 6, o número precisa terminar em 6 ou 00" está incorreta, pois a regra de</p>	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					divisibilidade por 6 não se baseia no fato de o número terminar em 6 ou 00, mas sim na condição de o número ser divisível tanto por 2 quanto por 3. A explicação da questão não deixa claro que a regra está sendo mal apresentada, o que pode gerar confusão no entendimento dos candidatos. 2. Possibilidade de confusão para o candidato: A alternativa "c" apresenta uma descrição inadequada e imprecisa da regra de divisibilidade por 6. O número não precisa necessariamente terminar em 6 ou 00 para ser divisível por 6, o que poderia levar a uma resposta errada de candidatos que confiam em regras simplificadas ou mal explicadas. Isso prejudica a clareza da avaliação. 3. Imprecisão no enunciado: A falta de explicação mais detalhada e a confusão quanto à terminologia prejudica a questão. O conceito de divisibilidade por 6 deve enfatizar a divisibilidade por 2 e por 3, sem restringir ao critério do número terminar em 6 ou 00, como apresentado na alternativa "c". Diante disso, solicito a anulação da questão, pois a alternativa apresentada está incorreta e pode gerar interpretações errôneas por parte dos candidatos. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]		
62	Guarda Civil Municipal	12	A	Anulação da Questão	Recurso contra a questão 12 Eu, [Rafael Soares Barros] , venho interpor recurso contra a questão 12, solicitando sua anulação, com base nos seguintes argumentos: 1. Inconsistência na formulação das afirmativas: A segunda afirmativa apresentada na questão afirma que, em uma expressão numérica com parênteses, colchetes e chaves, deve-se "primeiro resolver as operações entre as chaves, na ordem em que aparecem." Essa informação está incorreta, pois a ordem correta é resolver primeiro os parênteses, depois	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					os colchetes e, por último, as chaves, como estabelecido pelas regras matemáticas. Essa ambiguidade gera confusão e prejudica a avaliação dos candidatos. 2. Imprecisão na alternativa correta: Apesar de ser possível identificar o gabarito como a alternativa "d) V, V, F e V," a formulação inadequada da afirmativa sobre a hierarquia de resolução em expressões numéricas compromete a clareza e a precisão da questão. Isso viola os princípios de objetividade e clareza exigidos em um certame público. 3. Prejuízo ao candidato: A formulação confusa pode induzir os candidatos ao erro, uma vez que a regra de hierarquia nas operações deveria ser explicitada de forma objetiva. Isso compromete a isonomia do processo seletivo. Diante do exposto, solicito a anulação da questão, visto que a falta de clareza e a presença de afirmativas ambíguas comprometem a validade da mesma como instrumento de avaliação. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]		
63	Guarda Civil Municipal	13	C	Anulação da Questão	Recurso contra a questão 13 Eu, [Rafael Soares Barros] , venho interpor recurso contra a questão 13, solicitando sua anulação com base nos seguintes argumentos: 1. Inconsistência nos enunciados das alternativas: A questão solicita que se correlacionem os itens numerados com os conceitos apresentados, no entanto, há imprecisões e falta de clareza nos enunciados, o que compromete a interpretação. Por exemplo: A definição "montagem de suportes que demonstrem o resultado da coleta dos dados (gráficos e tabelas)" deveria se referir diretamente à estatística descritiva, mas sua associação apenas à "apresentação de dados" é vaga e confusa. Da mesma forma, a "organização e contagem dos dados" está associada a	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>"apuração dos dados," porém, a terminologia utilizada não é suficientemente específica para assegurar essa relação, gerando ambiguidade. 2. Falta de padronização nos conceitos: Os termos apresentados, como "apuração dos dados," "apresentação dos dados," e "análise dos dados," não são padronizados nas áreas de estudo da estatística. A ausência de definições universalmente reconhecidas compromete a objetividade da questão, visto que há variações no entendimento desses conceitos em diferentes contextos educacionais e profissionais. 3. Prejuízo ao candidato: As definições vagas podem induzir a erros mesmo de candidatos preparados, pois elas não seguem uma linguagem técnica precisa, essencial em um certame público. A formulação das alternativas, além disso, não assegura que apenas um gabarito seja o correto, permitindo múltiplas interpretações que se encaixam nos itens numerados. 4. Violação dos princípios de clareza e objetividade: O artigo 37 da Constituição Federal exige que os certames públicos obedeçam aos princípios de legalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A formulação desta questão, ao carecer de clareza e precisão, viola o princípio da eficiência, comprometendo a qualidade da avaliação. Diante do exposto, solicito a anulação da questão 13, visto que a imprecisão nos conceitos apresentados, somada à ausência de clareza nas alternativas, compromete a validade e a equidade da questão como instrumento de avaliação. Atenciosamente, [Rafael Soares Barros] [CERTAME: Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO]</p>		
64	Guarda Civil Municipal	15	E	Revisão do Gabarito	A questão errada é a letra D pois o quadrado A á áreas é 49 cm ao quadrado e o perímetro 28 cm , o quadrado B Área é 25 cm ao quadrado e o	INDEFERIDO	O recorrente não observou que o perímetro é das três figuras unidas, e não da soma dos perímetros das três figuras. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					perímetro 20 cm , quadrado C á Área é 9cm ao quadrado e o perímetro 12 cm.		
65	Guarda Civil Municipal	16	D	Anulação da Questão	Todos os ângulos internos de um triângulo equilátero medem 60°.	INDEFERIDO	A afirmativa está correta, todavia a argumentação não chegou a lugar algum. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa " D " como assertiva.
66	Guarda Civil Municipal	16	D	Anulação da Questão	medida do ângulo interno de um triângulo equilátero é de 60°. Um triângulo equilátero é aquele que tem os três lados com a mesma medida. Como consequência, os três ângulos também são iguais. A soma dos ângulos internos de qualquer triângulo é sempre igual a 180°. Como os ângulos internos de um triângulo equilátero são iguais, ao dividir 180° por 3, obtemos 60°.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 65.
67	Guarda Civil Municipal	19	A	Anulação da Questão	pois todas as alternativas não dar o valor exato que mostra na questão só tem valores aproximado	INDEFERIDO	Resolução: $0,01 \times 0,01 = 0,0001$ $1/1000 = 0,001$ A alternativa A está incorreta; $0,3 \times 0,3 = 0,09$ $9/100 = 0,09$ A alternativa B está correta; $0,5 \times 0,5 = 0,25$ $\frac{1}{4} = 0,25$ A alternativa C está correta; $0,7 \times 0,7 = 0,49$ 0,49 A alternativa D está correta. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa " A " como assertiva.
68	Guarda Civil Municipal	19	A	Anulação da Questão	Assunto: Recurso para Eliminação da Questão 19 da Prova Eu, [Rafael Soares Barros], candidato(a) ao concurso da Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO, venho respeitosamente solicitar a eliminação da questão 19 da prova, com base nos argumentos apresentados a seguir: A questão apresenta inconsistências nas alternativas, tornando	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					impossível identificar uma única alternativa incorreta, como solicitado no enunciado. A análise é a seguinte: Alternativa a): , mas a questão afirma que , o que é falso, pois . Portanto, esta alternativa está incorreta. Alternativa b): e . Esta alternativa está correta. Alternativa c): e . Esta alternativa está correta. Alternativa d): , mas a questão afirma que , o que é falso. Portanto, esta alternativa está incorreta. Dessa forma, tanto a alternativa "a" quanto a alternativa "d" estão incorretas, violando o princípio da unicidade da resposta. Isso torna a questão ambígua e sem resposta válida dentro das opções apresentadas. Com base no exposto, solicito a eliminação da questão 19, visando preservar a justiça e a transparência do concurso. Atenciosamente,		
69	Guarda Civil Municipal	20	B	Anulação da Questão	Eu, [Rafael Soares Barros], candidato(a) ao concurso da Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO, venho respeitosamente solicitar a eliminação da questão 20 da prova, com base nos seguintes argumentos: A questão apresenta inconsistências nas afirmativas, o que compromete a clareza e a precisão das respostas, conforme os cálculos abaixo: 1. Primeira afirmativa: "Um número dividido por 0,5 é equivalente a 50% do mesmo número." Ao dividir um número por 0,5, estamos, na verdade, multiplicando o número por 2. Logo, essa afirmativa é falsa. Dividir por 0,5 não é o mesmo que reduzir o número em 50%. 2. Segunda afirmativa: "Um número multiplicado por 1,2 é equivalente ao mesmo número adicionado de 20%." Multiplicar um número por 1,2 equivale a adicionar 20% ao valor original. Portanto, esta afirmativa é verdadeira. 3. Terceira afirmativa: "20% de um número é equivalente a 1/5 do seu valor." 20% de um número é, de fato, desse número, já que . Logo, esta afirmativa é verdadeira. 4. Quarta afirmativa: "25% de um	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2. do Edital nº. 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					número é equivalente a 25/10 desse mesmo número." 25% de um número é desse número, não 25/10, que é igual a 2,5 vezes o número. Portanto, esta afirmativa é falsa. Dessa forma, a questão contém erros nas alternativas apresentadas e, como resultado, torna-se impossível uma correção justa sem a devida eliminação da questão. Com base nas inconsistências apontadas, solicito a eliminação da questão 20 da prova. Atenciosamente,		
70	Guarda Civil Municipal	24	A	Anulação da Questão	A QUESTÃO 24, A RESPOSTA DO GABARITO PRELIMINAR FOI A LETRA "A". "BR 010". No ENUNCIADO DA QUESTÃO E CITADO VARIAS CIDADES, ONDE A BR 010 NELAS PASSA, POREM ALGUMAS CIDADES ALI CITADAS NO ENUNCIADO NÃO PASSA ESSA BR 010, TAIS COMO (NOVO ACORDO E SANTA TEREZA DO TOCANTINS). OU SEJA ISSO LEVOU AO ERRO DE ANALISE PARA RESPONDER A QUESTÃO. POR TANTO PEDE-SE QUE A QUESTÃO SEJA ANULADA.	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
71	Guarda Civil Municipal	24	A	Revisão do Gabarito	Essa rodovia é a To/010 , pois BR é rodoviária federal e ela é considerada To.	INDEFERIDO	Recurso sem fundamentação plausível.
72	Guarda Civil Municipal	24	A	Anulação da Questão	A BR 010 que representando o traçado original da rodovia federal belém/Brasília. Tem o início na cidade de Goiatins passado por Itacajá, santa Maria do Tocantins, Novo Acordo, Aparecida do Rio Negro Chapada da Natividade, Natividade é Paranaíba. Porém a mesma não passa pela cidade de Ponte Alta do Tocantins e nem em Pindorama do Tocantins. Portanto a resposta da questão seria Letras (e) nenhum das alternativas anteriores.	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
73	Guarda Civil Municipal	24	A	Revisão do Gabarito	Peço revisão da questão pois o enunciado esta confuso dificultado chegar a uma resposta exata.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 19.
74	Guarda Civil Municipal	24	A	Revisão do Gabarito	Não existe oficialmente a BR que passa por Ponte Alta do Tocantins-To ou Pindorama do Tocantins.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 19.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					A questão está errada seria a alternativa (E) a correta ou teria que ser anulada a questão. Samuel Mendes Mauricio Rodrigues CPF 08443886102		
75	Guarda Civil Municipal	24	A	Revisão do Gabarito	A BR-010 não passa por Ponte Alta do Tocantins, A rodovia que liga Ponte Alta do Tocantins a Santa Tereza e a Pindorama é a TO-130.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 19.
76	Guarda Civil Municipal	24	A	Revisão do Gabarito	Verificar a questão porém a mesma fala que a certa e letra A porém a mesma está errada, pois a BR 010 não passa nesta cidades Novo acordo, St.teresa, ponte alta, Pindorama. Sendo que a BR 010 Goiatins santa Maria, Pedro Afonso rio sono aparecida e entra na antiga TO 050...	INDEFERIDO	Vide parecer do item 19.
77	Guarda Civil Municipal	24	A	Revisão do Gabarito	Com a BR - 010, Palmas - TO passa a ser servida por rodovia federal, deixando de ser a única capital de estado com essa condição. Além disso, com a conclusão da BR - 010, a região a margem direita do Rio Tocantins será melhor integrada a outras regiões do País, proporcionando o desenvolvimento desta região, algo observado na margem esquerda com a BR - 153. É importante destacar que o povoamento do estado do Tocantins começou pela margem direita do rio, mas que no passado teve seu desenvolvimento atropelado com a mudança do modal de transporte fluvial para o rodoviário com a rodovia BR 153. Com a conclusão desta rodovia, há expectativa de um reparo histórico para as cidades de Paranã, Silvanópolis, Natividade, Chapada da Natividade, Arraias, Santa Rosa do Tocantins, Porto Nacional, Monte do Carmo, Palmas, Aparecida do Rio Negro, Rio Sono, Pedro Afonso, Santa Maria do Tocantins, Itacajá e Goiatins. Na questão aponta que a estrada que tem inicio, no Estado do Tocantins, na cidade de Goiatins, passado nas cidades de Itacajá, Santa Maria do Tocantins, Ponte Alta do Tocantins,	INDEFERIDO	Vide parecer do item 19.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					Pindorama do Tocantins,... Nesse sentido peço a revisão da questão por ser mal formulada ao dizer que a BR 010 passa na cidade de Ponte Alta do Tocantins e Pindorama do Tocantins, sendo que ela representa um traçado porem passando nas demais menos as duas citadas acima.		
78	Guarda Civil Municipal	24	A	Anulação da Questão	Todas as alternativas da letra A, até a letra D estão erradas, pois aqui em Ponte Alta do Tocantins não passa nenhuma BR.	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
79	Guarda Civil Municipal	24	A	Anulação da Questão	Todas as alternativas da letra A até a letra D estão erradas, pois aqui em Ponte Alta do Tocantins não passa nenhuma BR.	DEFERIDO	Vide parecer do item 19.
80	Guarda Civil Municipal	25	C	Anulação da Questão	A questão faz referência ao governador que em 1982 pertencia ao então estado de Goiás. Que na resposta tem o gabarito letra (c) Ary Rezende Valadão. Porem quem era governador a época era o então Mauro Borges, que, foi um marco importante na construção da usina hidráulica Isamu Ikeda.	INDEFERIDO	Ary Ribeiro Valadão foi governador de Goiás, no período de 1979 a 1983, portanto em 1982, esse era o Governador. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.
81	Guarda Civil Municipal	25	C	Anulação da Questão	Senhor Examinador, Solicito a anulação da questão nº 25 da prova objetiva de Conhecimentos Gerais, visto que a Usina Hidrelétrica Isamu Ikeda, Foi criado, então, uma usina com capacidade de geração de 30 megawatts. Foi construída em 1982, pelo o governador Mauro Borges, quando a região ainda era parte do estado de Goiás. Ante o exposto faz-se necessário a anulação da questão do gabarito preliminar.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 80.
82	Guarda Civil Municipal	28	A	Revisão do Gabarito	É nenhuma das alternativas pois é considerada TO-010, pois BR é rodovia federal!!	INDEFERIDO	Recurso sem fundamentação plausível.
83	Guarda Civil Municipal	28	B	Anulação da Questão	Eu, [Rafael Soares Barros], candidato(a) ao concurso da Guarda Civil Municipal de Ponte Alta-TO, venho respeitosamente solicitar a eliminação da questão 28 da prova, com base nos seguintes argumentos: A questão apresenta erro no	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do item 6.2., do Edital nº. 001/2024.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					enunciado, pois todos os municípios mencionados nas alternativas fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jalapão, como pode ser verificado na legislação e nas delimitações da própria APA. A APA do Jalapão abrange os municípios de Mateiros, Lagoa do Tocantins, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins, conforme informações oficiais sobre a área de preservação ambiental. Portanto, a alternativa correta seria a alternativa "e", que deveria indicar que nenhuma das alternativas anteriores é incorreta. No entanto, o enunciado da questão solicita a identificação de um município "que não faz parte da APA do Jalapão", o que é incorreto, pois todos os municípios listados fazem parte dessa área de proteção. Dessa forma, solicito a eliminação da questão 28, devido ao erro nas alternativas apresentadas. Atenciosamente,		
84	Guarda Civil Municipal	29	E	Anulação da Questão	A pergunta tem duplo sentido.	INDEFERIDO	O comando que desfaz a última ação no Word é Ctrl + Z e, como não consta da listagem é nenhum. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
85	Guarda Civil Municipal	29	E	Anulação da Questão	Não tem uma resposta definida, pois a pergunta tem duplo sentido!!	INDEFERIDO	Vide parecer do item 84.
86	Guarda Civil Municipal	31	D	Revisão do Gabarito	Senhor Examinador, Solicito a revisão da questão nº 31 da prova objetiva de Conhecimentos Específicos. O SUSP visa a centralização das forças policiais, sendo ela federal, estadual e municipal, em prol de uma visão estratégica para melhoria da segurança do país e seu fortalecimento. E integra as ações de segurança de todo o país. A sua ideia e compartilhar informações e planejar ações. conforme prever em seu art. 6º da Lei 13.975/2018.	INDEFERIDO	O SUSP visa integrar as ações de segurança pública, promovendo a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, sem centralizar o poder em um único órgão. O que se sintetizou, de forma ampla é exatamente o que o recorrente registrou, ou seja: "coordenar as ações de segurança pública entre os diferentes níveis de governo", enquanto que as demais alternativas não refletem o que se pede. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.
87	Guarda Civil Municipal	35	E	Revisão do Gabarito	artigo 34 do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/2003, assegura um benefício mensal de um salário-mínimo aos idosos com 65 anos ou mais que não	INDEFERIDO	O Estatuto do Idoso garante aos idosos o direito à PRIORIDADE no atendimento em serviços públicos ou privados, visando garantir seus direitos e promover sua qualidade de vida e não



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					têm meios de prover a própria subsistência ou de tê-la provida pela família.		se confundindo com outros direitos conquistados em outras legislações e garantias aos idosos. Dessa feita, o que se lançou nas alternativas foram meras e aleatórias situações que não coadunam com o questionamento. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
88	Guarda Civil Municipal	35	E	Revisão do Gabarito	Senhor Examinador, Solicito a revisão da questão nº 35 da prova objetiva de Conhecimentos Específicos. De acordo com o Estatuto da Pessoa idosa, prever o direito a um salário mínimo, conforme prever o artigo 34 da Lei 10.741/2003. Art. 34. Às pessoas idosas, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Loas.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 87.
89	Guarda Civil Municipal	35	E	Revisão do Gabarito	Senhor Examinador, Solicito a revisão da questão nº 35 da prova objetiva de Conhecimentos Específicos. A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa E da questão 35. Ocorre que a alternativa C está correta, pois de acordo com a lei Nº10.741/2003 Estatuto da Pessoa idosa. No capítulo VIII da Assistência social. Artigo:34 às pessoas idosas que não possuem meios para prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da loas. Ante o exposto faz-se Necessário a alteração do gabarito preliminar, sendo considerada como correta a alternativa C da questão 35.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 87.
90	Guarda Civil Municipal	35	E	Revisão do Gabarito	artigo 34 do Estatuto do Idoso, Lei 10.741/03, garante um benefício mensal de um salário-mínimo aos idosos com 65 anos ou mais que não tenham condições de prover sua subsistência: O benefício é assegurado pela Lei Orgânica da	INDEFERIDO	Vide parecer do item 87.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					Assistência Social (Loas) O benefício não é computado para o cálculo da renda familiar per capita O benefício é independente de qualquer contribuição do requerente à Seguridade Social O parágrafo único do artigo 34 do Estatuto do Idoso permite a aplicação analógica para excluir o benefício previdenciário de até um salário mínimo do cálculo da renda per capita.		
91	Guarda Civil Municipal	35	E	Revisão do Gabarito	Senhor Examinador, Solicito a revisão da questão nº 35 da prova objetiva de Conhecimentos Específicos. A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa E da questão 35. Ocorre que a alternativa C está correta, pois de acordo com a lei Nº10.741/2003 Estatuto da Pessoa idosa. No capítulo VIII da Assistência social. Artigo:34 às pessoas idosas que não possuem meios para prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de um salário mínimo, nos termos da lei. Diante disso, espero que analisem o gabarito preliminar da supracitada questão, a qual está correta a alternativa C da questão da questão exposta. Respeitosamente	INDEFERIDO	Vide parecer do item 87.
92	Guarda Civil Municipal	35	C	Revisão do Gabarito	Peço q revise a questão 35 pois a resposta certa é a letra C.No enunciado diz que:O estatuto do idoso visa garantir aos idosos; Direito a um salário mínimo como benefício assistencial.Se o enunciado fosse.Todos idosos tem direito a um salário mínimo como benefício assistencial..aí sim seria correto a letra E.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 87.
93	Guarda Civil Municipal	35	B	Revisão do Gabarito	No gabarito provisório está marcado como sendo a letra "E". Entretanto, existe uma resposta correta, pois a resposta de letra "B" em que narra que a "fila de espera no atendimento em serviços públicos ou privados", é sim uma garantia ao idoso elencada no Estatuto do Idoso. Vejamos:	INDEFERIDO	Vide parecer do item 87.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>Segundo a Lei 10.741/03: § 1º A garantia de prioridade compreende: (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) I - atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população; É de conhecimento geral que a fila de espera preferencial é uma prática garantida por lei no Brasil e tem como objetivo priorizar o atendimento de grupos específicos da população em determinados serviços e estabelecimentos. Ela se aplica a vários contextos, como bancos, supermercados, lotéricas, hospitais, entidades públicas e privadas, dentre outros locais de atendimento ao público. De acordo com a legislação brasileira, têm direito a atendimento preferencial os seguintes grupos: 1. Idosos (60 anos ou mais) - Garantido pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). 2. Gestantes e lactantes - Garantido pela Lei nº 10.048/2000. 3. Pessoas com deficiência - Também garantido pela Lei nº 10.048/2000 e regulamentado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). 4. Pessoas com crianças de colo - Incluídas na legislação do atendimento prioritário. 5. Autistas - Garantido pela Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que inclui o símbolo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em locais de atendimento prioritário. Como funciona na prática: O direito ao atendimento preferencial é assegurado a todos os grupos prioritários. Por isso, existem as filas prioritárias para o atendimento desses grupos, devendo ser respeitados em qualquer local público ou privado que preste serviço à população, assegurando mais dignidade e conforto a esses grupos. Portanto, a fila de espera no atendimento em serviços públicos ou privados é sim uma garantia</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					do Idoso. Sendo a resposta de letra "B" a resposta correta.		
94	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	<p>A referida questão, traz o seguinte questionamento: Questão 36 -Qual a principal função das guardas municipais? Traz como resposta certa a alternativa: letra (B) Resposta: preservar a ordem publica no âmbito do município. Porém... A CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 no seu Art.144 Paragrafo 8* traz o seguinte texto: -Os municípios poderão constituir guardas municipais *destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações*, conforme dispuser a lei. Lei essa: 13022 de 2014.(Estatuto das Guardas Municipais) Que estabelece em seu Art.4* E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art.5* I-zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do município; II-prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal; VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas; VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades; IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades; X - estabelecer parcerias com os</p>	INDEFERIDO	As guardas municipais são responsáveis por preservar a ordem pública no âmbito municipal , realizando ações de vigilância, patrulhamento e prevenção. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "B" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas; XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município; XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal; XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas; XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário; XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte; E traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em nenhum momento atribui como *função principal* as guardas municipais a preservação da ordem pública municipal! Dito isso, solicito a mudança de gabarito na referida questão, da alternativa(B) para alternativa(E), a qual esta correta. E) nenhuma das alternativas anteriores.</p>		
95	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	<p>A referida questão traz o seguinte questionamento: Questão 36- Qual a função principal das guardas municipais? Resposta gabarito: (B) preservar a ordem pública no âmbito do município. Porém a CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 Prevê no Art.144 parágrafo 8*- Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Lei essa: lei federal 13022/2014 Que traz o seguinte: Art. 2*</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 94.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					Incumbe as guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União dos Estados e do Distrito Federal. Art. 4º E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; ... Esta lei traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em momento algum cita como função principal das guardas municipais *a preservação da ordem pública no âmbito do município*. Dito isto, venho por meio deste, solicitar a troca do gabarito, da opção (B), para opção (E) a qual esta correta! (E) nenhuma das alternativas anteriores.		
96	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	A referida questão traz o seguinte questionamento: Questão 36- Qual a função principal das guardas municipais? Resposta gabarito: (B) preservar a ordem pública no âmbito do município. Porém a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 Prevê no Art.144 parágrafo 8º- Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações,	INDEFERIDO	Vide parecer do item 94.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					conforme dispuser a lei. Lei essa: lei federal 13022/2014 Que traz o seguinte: Art. 2* Incumbe as guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União dos Estados e do Distrito Federal. Art. 4* E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; ... Esta lei traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em momento algum cita como função principal das guardas municipais *a preservação da ordem pública no âmbito do município* Dito isto, venho por meio deste, solicitar a troca do gabarito, da opção (B), para opção (E) a qual esta correta! (E) nenhuma das alternativas anteriores.		
97	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	A referida questão traz o seguinte questionamento: Questão 36- Qual a função principal das guardas municipais? Resposta gabarito: (B) preservar a ordem pública no âmbito do município. Porém a CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 Prevê no Art.144 parágrafo 8*- Os municípios poderão	INDEFERIDO	Vide parecer do item 94.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Lei essa: lei federal 13022/2014 Que traz o seguinte: Art. 2* Incumbe as guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União dos Estados e do Distrito Federal. Art. 4* E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; ... Esta lei traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em momento algum cita como função principal das guardas municipais *a preservação da ordem pública no âmbito do município* Dito isto, venho por meio deste, solicitar a troca do gabarito, da opção (B), para opção (E) a qual esta correta! (E) nenhuma das alternativas anteriores.		
98	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	A referida questão traz o seguinte questionamento: Questão 36- Qual a função principal das guardas municipais? Resposta gabarito: (B) preservar a ordem pública no âmbito do município. Porém a CONSTITUIÇÃO DA	INDEFERIDO	Vide parecer do item 94.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 Prevê no Art.144 parágrafo 8*- Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Lei essa: Lei federal 13022/2014 Que traz o seguinte: Art. 2* Incumbe as guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União dos Estados e do Distrito Federal. Art. 4* E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; ... Esta lei traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em momento algum cita como função principal das guardas municipais *a preservação da ordem pública no âmbito do município* Dito isto, venho por meio deste, solicitar a troca do gabarito, da opção (B), para opção (E) a qual esta correta! (E) nenhuma das alternativas anteriores.</p>		
99	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	<p>A referida questão traz o seguinte questionamento: Questão 36- Qual a função principal das guardas municipais? Resposta</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 94.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>gabarito: (B) preservar a ordem pública no âmbito do município. Porem a CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 Prevê no Art.144 parágrafo 8*- Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Lei essa: lei federal 13022/2014 Que traz o seguinte: Art. 2* Incumbe as guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da Uniao dos Estados e do Distrito Federal. Art. 4* E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; ... Esta lei traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em momento algum cita como função principal das guardas municipais *a preservação da ordem pública no âmbito do município* Dito isto, venho por meio deste, solicitar a troca do gabarito, da opção (B), para opção (E) a qual esta correta! (E) nenhuma das alternativas anteriores.</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
100	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	<p>A referida questão traz o seguinte questionamento: Questão 36- Qual a função principal das guardas municipais? Resposta gabarito: (B) preservar a ordem pública no âmbito do município. Porém a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988 prevê no Art.144 parágrafo 8*- Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Lei essa: lei federal 13022/2014 que traz o seguinte: Art. 2* Incumbe as guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União dos Estados e do Distrito Federal. Art. 4* E competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais: I - Zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município; II - Prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais; III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais; IV - Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social; ... Esta lei traz muitas outras atribuições das guardas municipais, mas em momento algum cita como função principal das guardas municipais *a preservação da ordem pública no âmbito do município* Dito isto, venho por meio deste, solicitar a troca do</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 94.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					gabarito, da opção (B), para opção (E) a qual esta correta! (E) nenhuma das alternativas anteriores.		
101	Guarda Civil Municipal	36	B	Revisão do Gabarito	.	INDEFERIDO	Recurso sem argumentação.
102	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	direito à herança é um direito fundamental da Constituição Federal de 1988, estando previsto no inciso XXX do artigo 5º:	INDEFERIDO	Recurso sem fundamentação plausível.
103	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	À Banca Examinadora, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIO-CULTURAL E CIDADANIA-IDESC Ref.: Recurso Contra a Questão 39 da Prova do concurso do município de Ponte Alta do Tocantins/TO, realizado dia 24/11/2024, para o cargo de Guarda Civil Municipal – Ensino Médio Completo. Eu, Samuel Mendes Mauricio Rodrigues, portador do CPF 084438861-02, venho por meio deste recurso solicitar a revisão e a mudança da alternativa correta da questão 39 da prova, na qual foi apresentada a seguinte pergunta: Qual dos direitos abaixo não é considerado um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988? a) direito à vida; b) direito à liberdade de expressão; c) direito à propriedade privada; d) direito à herança; e) nenhuma das alternativas anteriores. **Considerações: ** Analisando a questão, percebemos que a alternativa **d) direito a herança . ** foi disponibilizado no gabarito como a correta. No entanto a, ** constituição feral de 1988 no artigo 5º Inciso XXX Garante que os bens de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros legítimos ou testamentários ** sendo a assim o direito a herança faz parte da Constituição Federal de 1988.O direito à herança é um direito fundamental que garante que os bens de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros. O estado não pode confiscar os bens	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do Item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					deixados como herança. O direito de herança é abordado também no Código Civil, nos artigos 1.784 a 1.880. Assim, a resposta correta seria: - **Alternativas e**. Dessa forma, solicito que a banca avaliadora considere esta análise e reveja a correta alternativa, possibilitando a correção da questão e a aplicação do gabarito adequado. Agradeço pela atenção e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos. Ponte Alta do Tocantins/TO, 26 de novembro de 2024. Atenciosamente.		
104	Guarda Civil Municipal	39	D	Anulação da Questão	Senhor Examinador, Solicito a Anulação da questão nº 39 da prova objetiva de Conhecimentos Específicos. A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa D da questão 39, Ocorre que o direito a herança esta previsto na CF/88 como direito fundamental, conforme Art. 5º XXX - é garantido o direito de herança; Assim como o direito a vida, a Liberdade de Expressão, e a propriedade. Ante o exposto faz-se necessário a anulação da Questão do gabarito preliminar, sendo considerada como sem alternativa correta.	INDEFERIDO	O direito à herança, embora importante, não está explicitamente classificado como um direito fundamental na Constituição Federal, mas sim como uma garantia individual . Assim, resolve-se pela MANUENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.
105	Guarda Civil Municipal	39	D	Anulação da Questão	Senhor Examinador, Solicito a Anulação da questão nº 39 da prova objetiva de Conhecimentos Específicos. A banca examinadora, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa D da questão 39, mas se observa que o direito à herança está previsto na CF/88 como direito fundamental, conforme Art. 5º XXX - é garantido o direito de herança; Assim como o direito à vida, à Liberdade de Expressão, e à propriedade. Ante o exposto, faz-se necessário a revisão do gabarito da Questão preliminar supracitada e a possível anulação. Respeitosamente,	INDEFERIDO	Vide parecer do item 104.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
106	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	QUESTÃO PERGUNTA QUAL DOS DIREITOS NÃO É CONSIDERADO UM DIREITO FUNDAMENTAL. E O DIREITO À HERANÇA TÁ DENTRO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ARTIGO 5, INCISO XXX. GABARITO DO IDESC AFIRMA A QUESTÃO (D) COMO RESPOSTA CERTA. SOLICITO UMA REVISÃO PARA (NENHUMA DAS ALTERNATIVAS) COMO RESPOSTA CORRETA.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 104.
107	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	REVISAR O GABARITO QUE TÁ INCORRETO, DIREITO À HERANÇA TÁ DENTRO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, ARTIGO 5, INCISO XXX.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 104.
108	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	À Banca Examinadora, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL E CIDADANIA-IDESC Ref.: Recurso Contra a Questão 39 da Prova do concurso do município de Ponte Alta do Tocantins/TO, realizado dia 24/11/2024, para o cargo de Guarda Civil Municipal - Ensino Médio Completo. Eu, Samuel Mendes Mauricio Rodrigues, portador do CPF 084438861-02 , venho por meio deste recurso solicitar a revisão e a mudança da alternativa correta da questão 39 da prova, na qual foi apresentada a seguinte pergunta: Qual dos direitos abaixo não é considerado um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988? a) direito à vida; b) direito à liberdade de expressão; c) direito à propriedade privada; d) direito à herança; e) nenhuma das alternativas anteriores. **Considerações: ** Analisando a questão, percebemos que a alternativa **d) direito a herança . ** foi disponibilizado no gabarito como a correta. No entanto a, **constituição feral de 1988 no artigo 5º Inciso XXX Garante que os bens de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros legítimos ou testamentários ** sendo a assim o direito a	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do Item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					herança faz parte da Constituição Federal de 1988.O direito à herança é um direito fundamental que garante que os bens de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros. O estado não pode confiscar os bens deixados como herança. O direito de herança é abordado também no Código Civil, nos artigos 1.784 a 1.880. Assim, a resposta correta seria: - **Alternativas e**. Dessa forma, solicito que a banca avaliadora considere esta análise e reveja a correta alternativa, possibilitando a correção da questão e a aplicação do gabarito adequado. Agradeço pela atenção e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos. Ponte Alta do Tocantins/TO, 26 de novembro de 2024. Atenciosamente.		
109	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	À Banca Examinadora, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL E CIDADANIA-IDESC Ref.: Recurso Contra a Questão 39 da Prova do concurso do município de Ponte Alta do Tocantins/TO, realizado dia 24/11/2024, para o cargo de Guarda Civil Municipal – Ensino Médio Completo. Eu, Betomário Rodrigues de Sousa, portador do CPF 048549591-00, venho por meio deste recurso solicitar a revisão e a mudança da alternativa correta da questão 39 da prova, na qual foi apresentada a seguinte pergunta: Qual dos direitos abaixo não é considerado um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988? a) direito à vida; b) direito à liberdade de expressão; c) direito à propriedade privada; d) direito à herança; e) nenhuma das alternativas anteriores. *Considerações: * Analisando a questão, percebemos que a alternativa *d) direito a herança . * foi disponibilizado no gabarito como a correta. No entanto a, *constituição feral de 1988 no artigo 5º Inciso XXX Garante que os bens	INDEFERIDO	Recurso sob alcance do Item 6.2. do Edital nº. 001/2024



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros legítimos ou testamentários * sendo a assim o direito a herança faz parte da Constituição Federal de 1988.O direito à herança é um direito fundamental que garante que os bens de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros. O estado não pode confiscar os bens deixados como herança. O direito de herança é abordado também no Código Civil, nos artigos 1.784 a 1.880. Assim, a resposta correta seria: - *Alternativas e*. Dessa forma, solicito que a banca avaliadora considere esta análise e reveja a correta alternativa, possibilitando a correção da questão e a aplicação do gabarito adequado. Agradeço pela atenção e estou à disposição para quaisquer esclarecimentos. Ponte Alta do Tocantins/TO, 26 de novembro de 2024. Atenciosamente.		
110	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	direito à herança é um direito fundamental brasileiro, garantido pelo inciso XXX do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Este direito assegura que os bens de uma pessoa falecida sejam transmitidos aos seus herdeiros legítimos ou testamentários, de acordo com a lei civil.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 104.
111	Guarda Civil Municipal	39	C	Revisão do Gabarito	A noção de propriedade enquanto direito fundamental encontra raízes na própria ideia de liberdade (BURDEAU, 1966, p.375; ISRAEL, 2005, p. 596-597). Mais precisamente, no raciocínio que reconhece a liberdade do homem pelo natural domínio que exerce sobre seu corpo, sobre si mesmo. Segundo John Locke (1963, p. 20) – para muitos o primeiro autor moderno a proclamar os direitos do homem (OTERO, 2007, p. 187) –, “cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. Desse modo, infere-se que o resultado que o homem obtém mediante o legítimo emprego de sua força de trabalho é seu,	INDEFERIDO	Vide parecer do item 104.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					é sua propriedade. Ou seja, o trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode dizer-se, são propriamente dele e nenhum outro homem pode ter direito ao que foi conseguido (LOCKE, 1963, p. 20), ao menos sem o consentimento do proprietário. O direito de propriedade, em sua origem, importa no domínio sobre o resultado obtido pelo trabalho. Deste modo a palavra "privada" presente na alternativa "C" não tira sua legitimidade, ou seja, todos tem direito a propriedade, e esta pode ser privada, pois é um bem individual, protegido também pelo artigo 5º da constituição federal em seu inciso XI.		
112	Guarda Civil Municipal	39	D	Revisão do Gabarito	Resposta Correta é a "E", pois as demais assertivas no artigo 5 da CF88, diz que direito fundamental são: a vida, a propriedade privada, liberdade de expressão, a herança(artigo 5º, XXX - é garantido o direito de herança;), portanto não é nenhuma das alternativas anteriores.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 104.
113	Guarda Civil Municipal	40	A	Anulação da Questão	mudar	INDEFERIDO	Recurso sem argumentação.
114	Professor Nível Superior	4	D	Revisão do Gabarito	Na questão esta pedindo a análise sintática do verbo "assistir" que pode ter dois sentidos: No sentido de estar presente ou ajudar alguém, em que é transitivo indireto (como em "assistir a alguém"). No sentido de ver ou observar algo, em que é intransitivo. Na frase, "assistiu à presidente Dilma Rousseff", o verbo "assistir" está no sentido de ajudar ou dar assistência a alguém, o que exige a preposição "a". Esse uso do verbo é transitivo indireto, porque o verbo exige um objeto indireto (com preposição). Portanto, a alternativa correta é: C) transitivo indireto.	INDEFERIDO	Porque o verbo deve ser entendido como sendo o ato de prestar assistência. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.
115	Professor Nível Superior	4	D	Revisão do Gabarito	Gostaria que revessem o gabarito. - Identificar o verbo e a regência. O verbo central da frase é "assistir". No contexto da frase, o verbo "assistir" está sendo utilizado no sentido de "prestar	INDEFERIDO	Vide parecer do item 114.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					assistência" ou "ajudar" alguém, o que exige um objeto indireto, ou seja, um complemento que requer uma preposição. Nesse caso, a preposição utilizada é "a" (como em "assistiu a então presidente Dilma Rousseff"). Portanto, "assistir" aqui é um verbo transitivo indireto, já que exige a preposição "a" para se ligar ao objeto "a então presidente Dilma Rousseff". - Regência do verbo "assistir". Verbo transitivo indireto: "Assistir" é transitivo indireto quando significa "prestar assistência" ou "ajudar". Ele sempre exige a preposição "a", que liga o verbo ao objeto indireto (no caso, a presidente Dilma Rousseff). Na frase "O advogado da República Federativa do Brasil assistiu a então presidente Dilma Rousseff", o verbo "assistir" está sendo usado no sentido de "prestar assistência". Nesse contexto, "assistir" é um verbo transitivo indireto, pois exige a preposição "a" para ligar-se ao complemento (no caso, "a então presidente Dilma Rousseff"). Portanto, a alternativa correta é: c) transitivo indireto.		
116	Professor Nível Superior	6	E	Revisão do Gabarito	Questão sobre o texto "MATOPIBA: na fronteira entre a vida e o capital", a pergunta sobre o texto é quais os pontos básicos de luta: No texto, 2º paragrafo linha 25 ao 28 diz: "De qualquer forma, entidades que representam os produtores tem reafirmado a aposta na fronteira agrícola e se batido contra quem tenta decretar seu fim". Na alternativa C, está explicito parecido com o texto (C) APOSTA NAS FRONTEIRAS DO PAÍS, E LUTA COM QUEM QUER DECRETAR O SEU FIM. Portanto, não poderia ser a alternativa (E) que diz "nenhuma das alternativas anteriores", pois tem uma alternativa com resposta parecida com o que está no texto.	INDEFERIDO	Porque a aposta é na fronteira agrícola e se batido contra quem tenta decretar o seu fim, conforme afirmação no próprio texto. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
117	Professor Nível Superior	6	D	Revisão do Gabarito	Contexto da questão: A questão fala sobre as entidades que representam os produtores no	INDEFERIDO	Vide parecer do item 116.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>Brasil e suas principais lutas, especialmente em relação ao governo brasileiro atual e os desafios que enfrentam, como as expansões territoriais e as dúvidas sobre o futuro da agricultura. Análise das alternativas: Alternativa a): Fala sobre a fronteira sulista e uma luta contra quem não acredita no sucesso da agricultura brasileira. A fronteira sulista não é o principal foco da expansão agrícola no Brasil, o que torna essa opção menos relevante. Alternativa b): Refere-se a uma "queda de braço" e menciona as fronteiras do Norte. No entanto, a expressão "queda de braço" parece um pouco vaga e a fronteira norte não é o ponto central do debate sobre a agricultura no Brasil atualmente. Alternativa c): Fala sobre as fronteiras do país e a luta contra quem quer "decretar o fim da agricultura brasileira". Isso se encaixa bem no contexto atual, pois reflete as disputas internas sobre o futuro da agricultura, com muitas entidades representativas dos produtores defendendo a expansão agrícola e a manutenção do setor. A expressão "luta com quem quer decretar seu fim" pode se referir a grupos ou políticas que questionam ou buscam restringir a expansão agrícola no Brasil. Alternativa d): Fala sobre as fronteiras com os países do Mercosul. Embora a expansão para o Mercosul seja importante, essa alternativa não foca tanto nos debates internos sobre a agricultura no Brasil, o que a torna menos relevante. Alternativa e): Considera que nenhuma das alternativas anteriores está correta. Porém, a alternativa c) parece ser a mais pertinente. Resumo: A alternativa c) é a adequada, pois ela aborda de forma clara a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil e a luta contra aqueles que questionam o futuro da agricultura no país. As fronteiras do país referem-</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					se a áreas em crescimento agrícola, principalmente no Norte e Centro-Oeste, onde se dá a maior expansão, enquanto a luta contra aqueles que querem decretar o fim da agricultura brasileira está relacionada aos desafios políticos e ambientais que o setor enfrenta. Resposta correta: c) aposta nas fronteiras do país, e luta com quem quer decretar o seu fim.		
118	Professor Nível Superior	6	D	Revisão do Gabarito	Favor reviverem todos os recursos interpolados. Os meus tem justificativas e esclarecimentos.	INDEFERIDO	Recurso desconexo.
119	Professor Nível Superior	12	C	Anulação da Questão	Recurso - Questão 12 **Identificação da Questão:** Questão 12 **Fundamentação:** A questão apresenta **ambiguidade no enunciado** , pois não especifica se a pergunta se refere ao **valor total recebido pelo sócio C** , ao **quanto o sócio C recebeu a mais que o sócio A** , ou ainda ao **quanto o sócio C recebeu a mais que o sócio B** . Todas essas interpretações são válidas matematicamente, mas levam a respostas diferentes. A seguir, detalhamos os cálculos para cada interpretação, demonstrando como a questão induz o candidato ao erro. Interpretação 1: Calcular o valor total recebido pelo sócio C A distribuição dos lucros é feita em partes proporcionais a 3:2:5 para os sócios A, B, e C, respectivamente. Assim, o total de partes é: $3 + 2 + 5 = 10$. Definimos os valores recebidos por cada sócio em função de x, onde: $- A = 3x$, $- B = 2x$, $- C = 5x$. Sabemos que A recebeu **R\$ 60.000,00 a mais que B** , ou seja: $A - B = 60.000$? $3x - 2x = 60.000$? $x = 60.000$. Substituímos x para calcular os valores recebidos: $- A = 3x = 3 ? 60.000 = 180.000$, $- B = 2x = 2 ? 60.000 = 120.000$, $- C = 5x = 5 ? 60.000 = 300.000$. Portanto, o valor **total recebido por C** é: $C = R\$ 300.000,00$. Se a pergunta se refere ao **valor total de C** , a resposta correta seria: **Letra C: R\$ 300.000,00.** Interpretação	INDEFERIDO	Resolução: Se 3 menos 2 é igual a 1, e 1 é igual a R\$ 60.000,00. Então multiplicando R\$ 60.000,00 por 5 (que representa e Sócio C), obtém-se o valor que esse recebeu: $5 \times 60.000,00 = R\$ 300.000,00$. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "C" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>2: Calcular quanto C recebeu a mais que A Nesse caso, a pergunta estaria solicitando a diferença entre o valor recebido por C e A: $C - A = 5x - 3x = 2x$. Como já determinamos que $x = 60.000$, temos: $C - A = 2x = 2 \cdot 60.000 = 120.000$. Se a pergunta se refere ao quanto C recebeu a mais que A, a resposta correta seria: Letra A: R\$ 120.000,00.</p> <p>3: Calcular quanto C recebeu a mais que B Nesse caso, a pergunta estaria solicitando a diferença entre o valor recebido por C e B: $C - B = 5x - 2x = 3x$. Como já determinamos que $x = 60.000$, temos: $C - B = 3x = 3 \cdot 60.000 = 180.000$. Se a pergunta se refere ao quanto C recebeu a mais que B, a resposta correta seria: Letra B: R\$ 180.000,00.</p> <p>Conclusão e Pedido A questão é altamente ambígua, pois não define de forma clara se deseja o valor total recebido por C (R\$ 300.000,00), o valor que C recebeu a mais que A (R\$ 120.000,00), ou o valor que C recebeu a mais que B (R\$ 180.000,00). Todas essas interpretações são matematicamente válidas e suportadas pelos dados fornecidos no enunciado. Dessa forma, solicita-se: 1. A anulação da questão, visto que a ambiguidade compromete a objetividade e clareza necessária para avaliação, ou Base Legal: Conforme o princípio da isonomia e imparcialidade na avaliação, a ambiguidade em uma questão pode prejudicar o desempenho dos candidatos e comprometer a validade do processo seletivo.</p>		
120	Professor Nível Superior	12	C	Anulação da Questão	<p>A questão apresenta ambiguidade no enunciado, pois não especifica se a pergunta se refere ao valor total recebido pelo sócio C, ao quanto o sócio C recebeu a mais que o sócio A, ou ainda ao quanto o sócio C recebeu a mais que o sócio B. Todas essas interpretações são válidas</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 119.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					matematicamente, mas levam a respostas diferentes. A seguir, detalhamos os cálculos para cada interpretação, demonstrando como a questão induz o candidato ao erro.		
121	Professor Nível Superior	12	C	Anulação da Questão	A questão apresenta *ambiguidade no enunciado, pois não especifica se a pergunta se refere ao **valor total recebido pelo sócio C, ao **quanto o sócio C recebeu a mais que o sócio A, ou ainda ao **quanto o sócio C recebeu a mais que o sócio B*. Todas essas interpretações são válidas matematicamente, mas levam a respostas diferentes. A seguir, detalhamos os cálculos para cada interpretação, demonstrando como a questão induz o candidato ao erro.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 119.
122	Professor Nível Superior	15	E	Anulação da Questão	Segue uma proposta de recurso para a questão apresentada: --- **Recurso à Questão 15** **Argumentação:** Venho, por meio deste, solicitar a revisão da formulação e eventual anulação da Questão 15 devido à má formulação do enunciado, que comprometeu a clareza e o entendimento da resolução por parte dos candidatos. Apresento os seguintes pontos: 1. **Falta de clareza no enunciado:** O trecho **"Assinale a alternativa em que o valor de (x/3) é:"** apresenta-se mal formulado, pois não há clareza suficiente sobre como o valor de (x/3) deve ser determinado em relação aos dados fornecidos. O enunciado não estabelece uma conexão direta entre a razão mencionada ((x/3)) e os elementos do triângulo (ângulos e razões trigonométricas). Isso leva o candidato a interpretar de forma subjetiva qual cálculo é necessário, prejudicando o entendimento. 2. **Ausência de contextualização:** O problema não apresenta uma explicação ou introdução sobre o papel da razão (x/3) no triângulo fornecido. Considerando que são fornecidos valores trigonométricos específicos ((sin 30°),	INDEFERIDO	Em primeiro plano temos que a forma geométrica é indiscutivelmente um triângulo retângulo. Posto que formado por uma figura plana composta por três lados, sendo que um de seus ângulos internos é reto (90°). Analisando as informações constantes da imagem temos que um de seus catetos mede "x" e este encontra-se oposto a um ângulo de 30°. O que nos leva trigonometricamente falando ao conceito de seno, que é a razão entre o cateto oposto ao ângulo e a hipotenusa. Assim, temos que $\text{sen}(30^\circ) = \frac{\text{cateto oposto}}{\text{hipotenusa}}$. Portanto o seno da "imagem" é $x/30$. Sabendo que em dados nos foi passado outro valor para o $\text{sen}(30^\circ)$, que corresponde a $1/2$. Encontramos uma correlação entre a imagem e os dados da questão, uma vez que em ambos o seno é de 30°. Conclui-se que o $\text{sen}(30^\circ)$ contido na imagem é igual ao $\text{sen}(30^\circ)$ contido em dados. $1/2 = x/30$, onde igualando as frações através de um simples cálculo de MMC alcançamos o valor de $x = 15$. Como a questão não busca o valor de "x", mas sim o valor de $x/3$, resta indubitável que a alternativa correta deveria conter o valor de 5, o que corresponde a nenhuma das alternativas anteriores. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					cos 30°), esperava-se que a questão indicasse explicitamente como utilizar essas informações para determinar (x) e, conseqüentemente, $(x/3)$. Essa ausência comprometeu a objetividade da questão. 3. **Formulação inadequada para avaliação objetiva:** Uma questão de avaliação deve ser formulada de modo que qualquer candidato, ao seguir os dados fornecidos, seja capaz de compreender os passos necessários para a resolução. Neste caso, a falta de clareza no enunciado gerou incerteza quanto ao caminho a ser seguido. Além disso, ao verificar os cálculos apresentados na questão e as alternativas, não há garantia de que o valor correto de $(x/3)$ esteja representado de forma exata, o que compromete a legitimidade da avaliação. **Solicitação:** a **anulação da questão** , considerando que sua formulação, conforme apresentada, prejudicou o entendimento e a equidade entre os candidatos.		
123	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	A QUESTÃO 18 PEDE PARA QUE MARQUE A ALTERNATIVA INCORRETA, PORÉM NA QUESTÃO POSSUI (2) DUAS ALTERNATIVAS INCORRETAS (C e D), Vamos calcular a área do imóvel em diferentes unidades de medida para comparar com as opções fornecidas. Dados: • Perímetro do quadrado: 4 km • Lado do quadrado: 1 km • A área do quadrado é: $A = \text{lado}^2 = 1^2 = 1 \text{ km}^2$ Agora, vamos converter 1 km^2 para as unidades solicitadas: 1. Em metros quadrados (m^2): Sabemos que 1 km = 1.000 metros, então $1 \text{ km}^2 = 1.000 \times 1.000 = 1.000.000 \text{ m}^2$ Portanto, a área em metros quadrados é 1.000.000 m^2 . Alternativa "A" correta 2. Em alqueires goianos: 1 alqueire goiano equivale a 48.400 m^2 . Para converter a área de m^2 para alqueires goianos, fazemos: Área em alqueires = $1.000.000 \text{ m}^2$ dividido por 48.400 m^2 que resulta	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					em aproximadamente =20,66 alqueires goianos. Portanto, a área é aproximadamente 20,66 alqueires goianos. Letra "B" correta. 3. Em hectares (ha): 1 hectare (ha) é igual a 10.000 m ² . Para converter 1.000.000 m ² em hectares, fazemos: Área em hectares=1.000.000 m ² dividido por 10.000 m ² que é igual a= 100 ha. Portanto, a área é 100 hectares, mas a alternativa dada é 110 hectares. Essa alternativa C está incorreta. 4. Em litros de terra: Essa unidade é um pouco mais difícil de interpretar, mas podemos fazer uma estimativa com base em um conceito comum: a quantidade de terra para cobrir 1 metro quadrado de uma camada de 1 metro de altura é 1 metro cúbico de terra, o que equivale a 1.000 litros. Agora, considerando 1.000.000 m ² (que é a área do imóvel), a quantidade de terra seria: 1.000.000 m ² vezes 1.000 litros/m ² =1.000.000.000 litros. No entanto, a quantidade mencionada na alternativa é "D" 1.652,80 litros de terra, o que não faz sentido no contexto da área dada. A alternativa sobre a quantidade de terra em litros também está errada.		
124	Professor Nível Superior	18	C	Revisão do Gabarito	Considerando que o perímetro de um quadrado é dado por: $P=4 \cdot L$. Sabendo que $P=4\text{km}$, o lado (L) é: $L=P/4 = 4\text{km}/4 = 1\text{km}$. Convertendo o lado para metros: 1 km = 1.000 metros, então: $L=1.000\text{m}$. A área de um quadrado é: $A=L^2$. Substituindo $L=1.000\text{m}$: $A=(1.000\text{m})^2=1.000.000\text{ m}^2$. A área correspondente é 1.000.000 m ² o que corresponde a Alternativa A e não a alternativa C conforme o gabarito preliminar divulgado. Diante do exposto peço revisão do gabarito.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.
125	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	Assunto: Pedido de Anulação da Questão 18. Prezados Senhores, Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão número 18 da	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>prova PROVA P4.d Professor nível superior do concurso realizada em 24/11/2024, pelas seguintes razões: Descrição da Questão: A questão apresenta um imóvel rural com perímetro de 4 km, sendo um quadrado perfeito, e pergunta qual é a área correspondente do mesmo, exceto com as seguintes alternativas: (A) 1,000,000 de metros quadrados (B) 20,66 alqueires goianos (C) 110 hectares (D) 1,652,80 litros de terra (E) Nenhuma das alternativas</p> <p>Razões para a Solicitação de Anulação: 1- Unidade de Medida Inadequada: A alternativa (D) apresenta a área em "litros de terra". Litros são tradicionalmente utilizados como medida de volume, não de área. Embora possa haver contextos específicos onde "litros de terra" sejam utilizados para representar uma medida de área, isso não é convencional e pode gerar confusão entre os candidatos. 2- Imprecisão na Conversão de Unidades e Arredondamento: Ao converter 1,000,000 metros quadrados para litros de terra, o resultado é um número com várias casas decimais, que se resume a 1,652.892 litros de terra, considerando que 1 litro de terra equivale a 605 metros quadrados. Utilizando as regras de arredondamento na numeração decimal, quando o algarismo a ser conservado é seguido de um algarismo inferior a 5, ele permanece o mesmo, e os posteriores são descartados. Quando é seguido por um número maior que 5, soma-se 1 ao algarismo a ser arredondado. Com o intuito de manter a segunda casa decimal (ou casa dos centésimos), o resultado arredondado/aproximado seria 1,652.89 litros de terra. Essa conversão, apesar de estar tecnicamente correta, ainda pode gerar confusão devido à natureza incomum da unidade utilizada. 3- Inconsistências com Outras Alternativas: A</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>alternativa (C) sugere que 110 hectares correspondem à área do imóvel rural. Sabendo que 1 hectare é igual a 10,000 m², 110 hectares equivalem a 1,100,000 m², o que está incorreto, pois a área correta seria 100 hectares para representar 1,000,000 m². O que torna a alternativa (C) incorreta. Conclusão: Devido à utilização inadequada de unidades de medida e às inconsistências nas alternativas fornecidas, a questão em análise pode prejudicar a avaliação justa dos candidatos. Além disso, a forma de arredondamento utilizada na alternativa (D) apresenta um erro, pois, seguindo a regra de arredondamento decimal correta, o valor deveria ser 1,652.89 litros de terra ao invés de 1,652.80. Partindo dos dados expostos, a questão apresenta duas alternativas incorretas, questões (C) e (D), o que contraria a premissa de que apenas uma alternativa está correta. Isso causa confusão e ambiguidade na interpretação da pergunta. Por essas razões, solicito que a comissão considere a anulação desta questão para garantir a transparência e a correção do processo seletivo. Agradeço pela atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Referências: BRASIL ESCOLA. Disponível em: <">https://brasilecola.uol.com.br/matematica/arredondando-numeros.htm#:~:text=Assim%2C%20pelas%20regras%20de%20arredondamento%2C%20o%20algarismo%201%20deve%20ser,que%20%20%20A9%20menor%20que%205.>>. Acesso em: 26 nov. 2024. DUALLSISTEMAS. Regras de Arredondamentos ABNT NBR 5891:1977. Disponível em: <https://duallsistemas.zendesk.com/hc/pt-br/articles/115000395694-Regras-de-</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					Arredondamentos-ABNT-NBR-5891-1977>. Acesso em: 26 nov. 2024. MAZER. Regras para arredondamento na numeração decimal. Disponível em: < https://mazer.dev/pt-br/blog/artigos/regras-para-arredondamento-na-numeracao-decimal/ >. Acesso em: 26 nov. 2024. YOUTUBE. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=XDVjoRGAr14 >. Acesso em: 26 nov. 2024. Disponível em; 26/11/2024.		
126	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	Prezados Senhores, Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão número 18 da prova de concurso realizada em 24/11/2024, pelas seguintes razões: Descrição da Questão: A questão apresenta um imóvel rural com perímetro de 4 km, sendo um quadrado perfeito, e pergunta qual é a área correspondente do mesmo, com as seguintes alternativas: (A) 1,000,000 de metros quadrados (B) 20,66 alqueires goianos (C) 110 hectares (D) 1,652,80 litros de terra (E) Nenhuma das alternativas Razões para a Solicitação de Anulação: 1- Unidade de Medida Inadequada: A alternativa (D) apresenta a área em "litros de terra". Litros são tradicionalmente utilizados como medida de volume, não de área. Embora possa haver contextos específicos onde "litros de terra" sejam utilizados para representar uma medida de área, isso não é convencional e pode gerar confusão entre os candidatos.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.
127	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	Assunto: Pedido de Anulação da Questão 18 Prezados Senhores, Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão número 18 da prova PROVA P4.d Professor nível superior do concurso realizada em 24/11/2024, pelas seguintes razões: Descrição da Questão: A questão apresenta um imóvel rural com perímetro de 4 km, sendo um quadrado perfeito,	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>e pergunta qual é a área correspondente do mesmo, com as seguintes alternativas: (A) 1,000,000 de metros quadrados (B) 20,66 alqueires goianos (C) 110 hectares (D) 1,652,80 litros de terra (E) Nenhuma das alternativas</p> <p>Razões para a Solicitação de Anulação: 1- Unidade de Medida Inadequada: A alternativa (D) apresenta a área em "litros de terra". Litros são tradicionalmente utilizados como medida de volume, não de área. Embora possa haver contextos específicos onde "litros de terra" sejam utilizados para representar uma medida de área, isso não é convencional e pode gerar confusão entre os candidatos. 2- Imprecisão na Conversão de Unidades e Arredondamento: Ao converter 1.000.000 metros quadrados para litros de terra, o resultado é um número com várias casas decimais, que se resume a 1.652,892 litros de terra, considerando que 1 litro de terra equivale a 605 metros quadrados. Utilizando as regras de arredondamento na numeração decimal, quando o algarismo a ser conservado é seguido de um algarismo inferior a 5, ele permanece o mesmo, e os posteriores são descartados. Quando é seguido por um número maior que 5, soma-se 1 ao algarismo a ser arredondado. Com o intuito de manter a segunda casa decimal (ou casa dos centésimos), o resultado arredondado/aproximado seria 1.652,89 litros de terra. Essa conversão, apesar de estar tecnicamente correta, ainda pode gerar confusão devido à natureza incomum da unidade utilizada. 3- Inconsistências com Outras Alternativas: A alternativa (C) sugere que 110 hectares correspondem à área do imóvel rural. Sabendo que 1 hectare é igual a 10,000 m², 110 hectares equivalem a 1,100,000 m², o que está incorreto, pois a área correta seria 100 hectares para</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>representar 1,000,000 m². O que torna a alternativa (C) incorreta. Conclusão: Devido à utilização inadequada de unidades de medida e às inconsistências nas alternativas fornecidas, a questão em análise pode prejudicar a avaliação justa dos candidatos. Além disso, a forma de arredondamento utilizada na alternativa (D) apresenta um erro, pois, seguindo a regra de arredondamento decimal correta, o valor deveria ser 1.652,89 litros de terra ao invés de 1.652,80. Partindo dos dados expostos, a questão apresenta duas alternativas incorretas, questões (C) e (D), o que contraria a premissa de que apenas uma alternativa está correta. Isso causa confusão e ambiguidade na interpretação da pergunta. Por essas razões, solicito que a comissão considere a anulação desta questão para garantir a transparência e a correção do processo seletivo. Agradeço pela atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais. Referências: BRASIL ESCOLA. Disponível em: <">https://brasilecola.uol.com.br/matematica/arredondando-numeros.htm#:~:text=Assim%2C%20pelas%20regras%20de%20arredondamento%2C%20o%20algarismo%201%20deve%20ser,que%20%C3%A9%20menor%20que%205.>>. Acesso em: 26 nov. 2024. DUALLSISTEMAS. Regras de Arredondamentos ABNT NBR 5891:1977. Disponível em: <https://duallsistemas.zendesk.com/hc/pt-br/articles/115000395694-Regras-de-Arredondamentos-ABNT-NBR-5891-1977>. Acesso em: 26 nov. 2024. MAZER. Regras para arredondamento na numeração decimal. Disponível em: <https://mazer.dev/pt-br/blog/artigos/regras-para-arredondamento-na></p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					numeracao-decimal/>. Acesso em: 26 nov. 2024. YOUTUBE. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=XDVjoRGAr14 >. Acesso em: 26 nov. 2024. Disponível em; 26/11/2024.		
128	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	Prezados Senhores, Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão número 18 da prova de concurso realizada em 24/11/2024, pelas seguintes razões: Descrição da Questão: A questão apresenta um imóvel rural com perímetro de 4 km, sendo um quadrado perfeito, e pergunta qual é a área correspondente do mesmo, com as seguintes alternativas: (A) 1,000,000 de metros quadrados (B) 20,66 alqueires goianos (C) 110 hectares (D) 1,652,80 litros de terra (E) Nenhuma das alternativas Razões para a Solicitação de Anulação: 1- Unidade de Medida Inadequada: A alternativa (D) apresenta a área em "litros de terra". Litros são tradicionalmente utilizados como medida de volume, não de área. Embora possa haver contextos específicos onde "litros de terra" sejam utilizados para representar uma medida de área, isso não é convencional e pode gerar confusão entre os candidatos. 2- Imprecisão na Conversão de Unidades e Arredondamento: Ao converter 1,000,000 metros quadrados para litros de terra, o resultado é um número com várias casas decimais, que se resume a 1,652.892 litros de terra, considerando que 1 litro de terra equivale a 605 metros quadrados. Utilizando as regras de arredondamento na numeração decimal, quando o algarismo a ser conservado é seguido de um algarismo inferior a 5, ele permanece o mesmo, e os posteriores são descartados. Quando é seguido por um número maior que 5, soma-se 1 ao algarismo a ser arredondado. Com o intuito de manter a segunda casa decimal (ou casa dos	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					centésimos), o resultado arredondado/aproximado seria 1,652.89 litros de terra. Essa conversão, apesar de estar tecnicamente correta, ainda pode gerar confusão devido à natureza incomum da unidade utilizada. 3- Inconsistências com Outras Alternativas: A alternativa (C) sugere que 110 hectares correspondem à área do imóvel rural. Sabendo que 1 hectare é igual a 10,000 m ² , 110 hectares equivalem a 1,100,000 m ² , o que está incorreto, pois a área correta seria 100 hectares para representar 1,000,000 m ² . O que torna a alternativa (C) incorreta. Conclusão: Devido à utilização inadequada de unidades de medida e às inconsistências nas alternativas fornecidas, a questão em análise pode prejudicar a avaliação justa dos candidatos. Além disso, a forma de arredondamento utilizada na alternativa (D) apresenta um erro, pois, seguindo a regra de arredondamento decimal correta, o valor deveria ser 1,652.89 litros de terra ao invés de 1,652.80. Partindo dos dados expostos, a questão apresenta duas alternativas incorretas, questões (C) e (D), o que contraria a premissa de que apenas uma alternativa está correta. Isso causa confusão e ambiguidade na interpretação da pergunta. Por essas razões, solicito que a comissão considere a anulação desta questão para garantir a transparência e a correção do processo seletivo. Agradeço pela atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.		
129	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	Venho, respeitosamente, solicitar a anulação da questão número 18 da prova de concurso realizada em 24/11/2024, pelas seguintes razões: Descrição da Questão: A questão apresenta um imóvel rural com perímetro de 4 km, sendo um quadrado perfeito, e pergunta qual	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>é a área correspondente do mesmo, com as seguintes alternativas: (A) 1,000,000 de metros quadrados (B) 20,66 alqueires goianos (C) 110 hectares (D) 1,652,80 litros de terra (E) Nenhuma das alternativas Razões para a Solicitação de Anulação: 1- Unidade de Medida Inadequada: A alternativa (D) apresenta a área em "litros de terra". Litros são tradicionalmente utilizados como medida de volume, não de área. Embora possa haver contextos específicos onde "litros de terra" sejam utilizados para representar uma medida de área, isso não é convencional e pode gerar confusão entre os candidatos. 2- Imprecisão na Conversão de Unidades e Arredondamento: Ao converter 1,000,000 metros quadrados para litros de terra, o resultado é um número com várias casas decimais, que se resume a 1,652.892 litros de terra, considerando que 1 litro de terra equivale a 605 metros quadrados. Utilizando as regras de arredondamento na numeração decimal, quando o algarismo a ser conservado é seguido de um algarismo inferior a 5, ele permanece o mesmo, e os posteriores são descartados. Quando é seguido por um número maior que 5, soma-se 1 ao algarismo a ser arredondado. Com o intuito de manter a segunda casa decimal (ou casa dos centésimos), o resultado arredondado/aproximado seria 1,652.89 litros de terra. Essa conversão, apesar de estar tecnicamente correta, ainda pode gerar confusão devido à natureza incomum da unidade utilizada. 3- Inconsistências com Outras Alternativas: A alternativa (C) sugere que 110 hectares correspondem à área do imóvel rural. Sabendo que 1 hectare é igual a 10,000 m², 110 hectares equivalem a 1,100,000 m², o que está incorreto, pois a área correta seria 100 hectares para</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					representar 1,000,000 m ² . O que torna a alternativa (C) incorreta. Conclusão: Devido à utilização inadequada de unidades de medida e às inconsistências nas alternativas fornecidas, a questão em análise pode prejudicar a avaliação justa dos candidatos. Além disso, a forma de arredondamento utilizada na alternativa (D) apresenta um erro, pois, seguindo a regra de arredondamento decimal correta, o valor deveria ser 1,652.89 litros de terra ao invés de 1,652.80. Partindo dos dados expostos, a questão apresenta duas alternativas incorretas, questões (C) e (D), o que contraria a premissa de que apenas uma alternativa está correta. Isso causa confusão e ambiguidade na interpretação da pergunta. Por essas razões, solicito que a comissão considere a anulação desta questão para garantir a transparência e a correção do processo seletivo. Agradeço pela atenção dispensada e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.		
130	Professor Nível Superior	18	C	Anulação da Questão	Recurso - Questão sobre Área de Imóvel Rural **Identificação da Questão:** Questão 18 Fundamentação: A questão apresenta **erros nas alternativas** relacionadas às áreas calculadas em **litros de terra (alternativa d)** e em **hectares (alternativa c)**. Estes erros decorrem de **inconsistências matemáticas** e da **ausência de critérios claros para o uso de conversões práticas ou oficiais**, comprometendo a imparcialidade e a objetividade da questão. Transcrição das Alternativas da Questão 18 Um imóvel rural com perímetro de 4 km, sendo um quadrado perfeito, tem sua área correspondente a, exceto: a) 1.000.000 m ² ; b) 20,66 alqueires goianos; c) 110 ha; d) 1.652,80 litros de terra; e) Nenhuma das alternativas anteriores. Cálculos e Argumentação 1. Área do	INDEFERIDO	Vide parecer do item 29.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>imóvel em metros quadrados (m²): O imóvel é descrito como um quadrado perfeito com perímetro de 4 km. O lado do quadrado é: Lado = Perímetro / 4 = 4 km / 4 = 1 km. A área do imóvel é: Área = Lado² = (1 km)² = 1 km² = 1.000.000 m². A alternativa a está correta.</p> <p>2. Área do imóvel em alqueires goianos: Sabemos que 1 alqueire goiano = 48.400 m². Convertendo a área: Área em alqueires goianos = 1.000.000 m² / 48.400 m²/alqueire ? 20,66 alqueires goianos. A alternativa b está correta.</p> <p>3. Área do imóvel em hectares (ha): Sabemos que 1 ha = 10.000 m². Convertendo a área: Área em hectares = 1.000.000 m² / 10.000 m²/ha = 100 ha. A alternativa c apresenta 110 ha, o que é claramente incorreto, uma vez que o valor correto é exatamente 100 ha.</p> <p>4. Área do imóvel em litros de terra: De acordo com a medida oficial, 1 litro de terra = 605 m². Convertendo a área de 1.000.000 m² para litros de terra: Área em litros de terra = 1.000.000 m² / 605 m²/litro ? 1.652,89 litros de terra. Porém, a alternativa d apresenta 1.652,80 litros de terra, o que é incorreto. Essa inconsistência decorre de dois fatores: 1. Ausência de um critério explícito para conversão: Existe uma convenção prática usada em arrendamentos rurais que considera 80 litros de terra por alqueire por motivos de simplificação. Contudo, essa prática não reflete a medida oficial (1 litro de terra = 605 m²). Se a questão tivesse especificado que 80 litros correspondem a 1 alqueire goiano para fins de cálculo, não haveria erro na alternativa d.</p> <p>2. Erro de arredondamento: Mesmo considerando a medida oficial, a alternativa apresenta o valor truncado para 1.652,80, desconsiderando o valor correto 1.652,89, que deveria ser arredondado</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					para 1.652,90, conforme a regra matemática usual. Conclusão e Pedido 1. A alternativa c apresenta um erro matemático claro, já que a conversão correta em hectares é 100 ha , não 110 ha . 2. A alternativa d contém dois problemas: - A utilização de uma conversão prática inadequada (80 litros por alqueire), que não corresponde à medida oficial (605 m ² por litro). - Um erro de arredondamento , que ignora a regra matemática usual e apresenta o valor truncado para baixo (1.652,80), ao invés de 1.652,90. Dessa forma: - Caso a questão especificasse que, para fins de cálculo, deveria ser utilizada a convenção prática de 80 litros por alqueire goiano, a alternativa d seria considerada correta. - Entretanto, na ausência dessa especificação, os erros nas alternativas c e d tornam a questão inválida, justificando sua anulação . Base Legal Conforme o princípio da isonomia e imparcialidade na avaliação, a ausência de critérios claros e a presença de erros matemáticos tornam a questão inválida para fins classificatórios, exigindo sua anulação.		
131	Professor Nível Superior	19	D	Revisão do Gabarito	Na questão o candidato tem 4 horas para resolver uma prova de 40 questões. Ele já gastou 130 minutos nas 20 primeiras questões. A pergunta é quanto tempo ele gastará nas próximas questões a partir da 21. Então, para resolver o tempo é: 4 horas = 240 minutos ? 240 minutos - 130 minutos = 110 minutos. Agora, o candidato tem 110 minutos para resolver as 20 questões restantes (da 21 à 40). O tempo que ele pode gastar por questão será: 110 minutos / 20 questões = 5,5 (110 dividido por 20 = 5,5) ou seja, 5 minutos e 50 segundos. Portanto, a resposta correta é que o candidato poderá gastar	INDEFERIDO	Resolução: $4 \times 60 = 240$ $240 - 130 = 110$ $110 / 20 = 5,5$ ou seja (5 minutos e 1/2) Resposta: 5 minutos e 30 segundos. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					5,5 minutos em cada uma das questões de 21 a 40. alternativa (B)		
132	Professor Nível Superior	21	D	Revisão do Gabarito	O Rio das Balsas é amplamente conhecido como afluente do Rio Tocantins, conforme descrito em materiais geográficos oficiais e reconhecido na literatura hidrológica. A alternativa correta é C) Rio Tocantins. A escolha do gabarito como "nenhuma das alternativas anteriores" é incorreta e não reflete os dados geográficos. A foz do Rio Balsa Mineiro está localizada no estado de Tocantins, onde o rio deságua no Rio Tocantins, um dos maiores e mais importantes rios da região Norte e Centro-Oeste do Brasil.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 3.
133	Professor Nível Superior	22	B	Revisão do Gabarito	Recurso – Contestação de Gabarito Preliminar Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Concurso, Eu, candidata ao concurso público da Prefeitura de Ponte Alta do Tocantins - TO, venho, respeitosamente, apresentar recurso contra o gabarito preliminar da Questão 22, que trata de provimento pessoal, com base nos seguintes argumentos: Erro de material na formulação da questão: A questão 22, conforme descrita no gabarito preliminar, a questão (A) refere-se a um rio afluente do rio da balsa descrito na história de ponte alta. No entanto, é evidente que a referida questão tem um equívoco que prejudica o entendimento e a resolução correta da questão por parte dos candidatos. Pedido de anulação da questão: Diante do exposto, é claro que a questão 22 está formulada de forma equivocada, uma vez que faz referência a um rio que é afluente do rio das Balsas, referido na história de Ponte Alta, no entanto prejudicando os candidatos que se basearam na História que está no portal. Sendo assim, solicito a anulação da questão 22 ou, caso não seja possível, a correção do gabarito preliminar, de forma a considerar a alternativa que corresponda	INDEFERIDO	Vide parecer do item 41.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					corretamente. Conclusão: O erro material na questão compromete a correção da prova e a justa avaliação dos candidatos. Portanto, peço que seja reconsiderada a formulação da questão 22 ou, alternativamente, que seja revisado o gabarito preliminar, de modo a garantir a correção e a equidade no processo seletivo.		
134	Professor Nível Superior	23	C	Anulação da Questão	<p>Prezados membros da banca examinadora, Venho, por meio deste, interpor recurso referente à Questão 23 da prova de Conhecimentos Gerais do concurso público em questão.</p> <p>**Justificativa:** A Questão 23 solicita que o candidato identifique o dispositivo legal exato (artigo e parágrafo) onde se encontra o texto sobre a criação do Estado do Tocantins, ocorrido em 5 de outubro de 1988. As alternativas apresentam artigos e parágrafos da **Constituição Federal de 1988** e de outras leis específicas. Conforme estabelecido no **edital do concurso**, o conteúdo programático para a disciplina de **Conhecimentos Gerais** não inclui o estudo de artigos específicos da **Constituição Federal de 1988**. O edital prevê os seguintes tópicos: - **Limites geográficos, clima, relevo e hidrografia** do Município de Ponte Alta do Tocantins, do Estado do Tocantins e do Brasil; - **Composição e atribuições do Poder Executivo Municipal** (Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários) e do **Poder Legislativo** (Vereadores); - **História do Município de Ponte Alta do Tocantins e do Estado do Tocantins**: emancipação, primeiros logradouros, primeiros habitantes, fatos históricos e marcantes da história municipal; - **Atualidades e peculiaridades locais**; - **Conhecimentos correlacionados às atividades do cargo**; - **Legislação específica**: Leis municipais mencionadas no edital (Lei Orgânica do Município,</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 30.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>Leis nº 055/1996, nº 029/2012, nº 001/2013, nº 004/2015, nº 011/2016, nº 098/2020, e a Lei nº 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e legislação posterior). **Argumentação:** - **Desvio do Conteúdo Programático Definido no Edital:** A questão exige que o candidato identifique um **dispositivo constitucional específico** (artigo e parágrafo da Constituição Federal de 1988). No entanto, o edital não prevê a cobrança de artigos específicos da Constituição Federal, mas sim aborda a **história** do Estado do Tocantins em termos gerais. Portanto, a exigência de conhecimento jurídico detalhado da Constituição Federal está fora do escopo estabelecido. - **Princípios Legais Aplicáveis:** - **Princípio da Legalidade:** Conforme o artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública deve obedecer ao princípio da legalidade, atuando estritamente dentro dos limites legais. No contexto de concursos públicos, isso se traduz na obrigação de a banca examinadora respeitar integralmente o conteúdo programático previsto no edital. - **Princípio da Vinculação ao Edital:** O edital é a lei do concurso, vinculando tanto os candidatos quanto a administração. Matérias não previstas no edital não podem ser objeto de avaliação, sob pena de violação desse princípio. - **Jurisprudência:** Tribunais brasileiros têm entendimento consolidado de que questões que extrapolam o conteúdo programático definido no edital devem ser anuladas. Decisões judiciais têm reconhecido que a cobrança de conteúdo não previsto fere os princípios da isonomia e da razoabilidade, prejudicando a igualdade de condições entre os candidatos. - **Distinção entre Fato Histórico e Norma Constitucional:** - **Fato Histórico:** O edital prevê o estudo da história do Estado do Tocantins, incluindo sua</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>emancipação e fatos marcantes. Isso implica o conhecimento de que o Estado foi criado em 1988, mas não exige a memorização de dispositivos legais específicos. - **Norma Constitucional:** A questão exige conhecimento detalhado de um artigo e parágrafo específicos da Constituição Federal, o que caracteriza uma cobrança de **norma constitucional** e não apenas de um fato histórico. Essa exigência está fora do escopo dos conhecimentos gerais históricos solicitados. - **Prejuízo aos Candidatos:** - **Preparação Baseada no Edital:** Os candidatos direcionaram seus estudos conforme o conteúdo programático estabelecido, não contemplando o estudo detalhado da Constituição Federal. - **Isonomia e Igualdade de Condições:** A cobrança de conteúdo não previsto no edital viola o princípio da isonomia, pois beneficia candidatos que, porventura, tenham conhecimento prévio ou específico da matéria não prevista, em detrimento daqueles que seguiram estritamente as diretrizes do edital. **Solicitação:** Diante do exposto, solicito respeitosamente a **anulação da Questão 23** por estar em desacordo com o conteúdo programático definido no edital do concurso. Tal medida visa garantir a legalidade, a isonomia e a transparência do certame, assegurando a igualdade de condições entre todos os candidatos.</p>		
135	Professor Nível Superior	23	C	Anulação da Questão	<p>À Comissão Examinadora, Por meio deste, venho apresentar recurso em relação à Questão 23 da prova de Conhecimentos Gerais do concurso público em análise. Justificativa: A referida questão exige que o candidato indique o artigo e o parágrafo exatos da Constituição Federal de 1988 que tratam da criação do Estado do Tocantins, ocorrida em 5 de outubro de 1988. No</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 30.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>entanto, as alternativas oferecidas remetem a dispositivos legais específicos, o que, conforme demonstrarei, extrapola o conteúdo programático previsto no edital do certame. De acordo com o edital, o programa para a disciplina de Conhecimentos Gerais delimita os seguintes tópicos: Aspectos geográficos, climáticos, hidrográficos e de relevo do município de Ponte Alta do Tocantins, do Estado do Tocantins e do Brasil; Organização e funções do Poder Executivo e Legislativo Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Vereadores); História do Município de Ponte Alta do Tocantins e do Estado do Tocantins, abrangendo a emancipação, primeiros habitantes, marcos históricos e demais fatos relevantes; Atualidades e características locais; Temas relacionados às funções do cargo; Leis específicas indicadas no edital, incluindo a Lei Orgânica do Município, leis municipais mencionadas, e o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997). Argumentação: Cobrança além do conteúdo do edital: A Questão 23 demanda que os candidatos conheçam um artigo específico da Constituição Federal, exigindo conhecimento jurídico aprofundado, algo não previsto no programa descrito. O edital restringe-se ao estudo da história do Estado do Tocantins em termos gerais, sem incluir a memorização de normas constitucionais específicas. Princípios aplicáveis: Princípio da Legalidade: Conforme o artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública deve respeitar estritamente os limites legais, o que inclui a necessidade de aderência ao edital do concurso. Princípio da Vinculação ao Edital: O edital é a base normativa do certame, e qualquer avaliação deve seguir rigorosamente os temas nele estabelecidos. Cobrar matéria fora do conteúdo</p>		



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>programático desrespeita esse princípio. Jurisprudência Relevante: Os tribunais brasileiros possuem entendimento consolidado de que questões que ultrapassam os limites do edital devem ser anuladas, para garantir a igualdade de condições entre os candidatos. Divergência entre o fato histórico e a norma jurídica: O edital contempla o estudo da história do Tocantins, o que inclui o conhecimento de sua criação em 1988, mas não exige a identificação de dispositivos específicos na Constituição Federal. A questão extrapola essa previsão, cobrando conhecimentos jurídicos que não se enquadram na abordagem histórica ou geral indicada. Prejuízo aos candidatos: Preparação inadequada devido ao desvio de conteúdo: Os candidatos direcionaram seus estudos com base no conteúdo detalhado no edital, que não prevê a memorização de artigos constitucionais. Comprometimento da isonomia: A cobrança de um tema não listado beneficia candidatos que, por acaso, já possuam familiaridade com o dispositivo cobrado, prejudicando aqueles que pautaram seus estudos exclusivamente pelo edital. Solicitação: Diante do exposto, solicito a anulação da Questão 23, visto que seu conteúdo não está de acordo com o que foi estabelecido no edital do concurso. Tal providência visa resguardar a legalidade, a transparência e a isonomia do certame, promovendo igualdade de oportunidades a todos os participantes.</p>		
136	Professor Nível Superior	24	A	Revisão do Gabarito	<p>A questão 24 se refere a Lei Orgânica do Município de Ponte Alta do Tocantins, em relação as atribuições do prefeito, pede-se que coloque V, para afirmativas Verdadeiras, e F para afirmativas Falsas, de acordo com o gabarito preliminar a 3ª afirmativa é falsa tendo como resposta correta da questão a letra "A", porém de acordo com a Lei</p>	INDEFERIDO	<p>O questionamento versa sobre as atribuições do prefeito: O inciso IV reza: "vetar, no todo ou em parte, os projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal;" A 3ª afirmativa da questão reza: "vetar, no todo, os projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal, originados no Legislativo;"</p>



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					Orgânica, a afirmativa está incompleta, contudo não é falsa, visto que, O prefeito poderá vetar projetos tanto no todo, como em partes, se essa afirmativa for considerada como Falsa, logo estamos afirmando que o prefeito não poderá vetar projetos no todo, sendo assim se diverge do ART.79 inciso IV da Lei Orgânica, opção correta então seria a letra "B".		Portanto, é a única afirmativa com divergência, que deve ser assinalada com "F". Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "A" como assertiva.
137	Professor Nível Superior	24	A	Anulação da Questão	Excelentíssima Comissão Organizadora do V Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos do Poder Executivo do Município de Ponte Alta do Tocantins, Solicita-se a anulação da questão 27 da prova de conhecimentos gerais (Prova P4), destinada ao cargo de professor com nível superior completo, devido a inconsistências verificadas no enunciado, que comprometem a objetividade e a clareza necessárias à avaliação. A questão apresenta como referência a Lei nº 055, de 09 de maio de 1990, no entanto, o ano mencionado não condiz com o contexto legislativo do município de Ponte Alta do Tocantins. O município adota, há anos, a prática de reiniciar anualmente a numeração de suas leis, conforme demonstram os seguintes exemplos documentados: Lei nº 02, de 13/02/2023: Autoriza o pagamento de diárias ao prefeito, vice-prefeito, secretário e demais servidores. Lei nº 02, de 26/02/2024: Altera o Anexo I da Lei nº 082/2020, referente ao quadro de pessoal de provimento efetivo do Poder Executivo. Lei nº 10, de 23/06/2022: Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 54/2018, definindo novo plano de amortização do déficit atuarial do RPPS. Lei nº 10, de 15/07/2021: Autoriza o município a participar do consórcio dos municípios da região do Jalapão. Esses exemplos evidenciam a peculiaridade administrativa adotada pelo município, que reinicia a numeração das leis no início de cada	INDEFERIDO	Vide parecer do item 136. (sobre a questão 24)



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>ano, mesmo para normativas distintas. Essa prática, embora válida no âmbito administrativo, pode gerar confusões quando leis municipais são utilizadas como referência em questões de concursos públicos. No caso da questão 27, o erro material na indicação do ano impossibilita a identificação precisa da norma mencionada, prejudicando os candidatos que têm conhecimento técnico e específico sobre a legislação aplicável. A manutenção de uma questão com tal erro viola os princípios constitucionais da isonomia e da legalidade, comprometendo a igualdade de condições entre os candidatos e desvirtuando o propósito da avaliação, que é aferir competências específicas e conhecimento técnico. O erro material evidente no enunciado torna a questão inadequada para o certame, visto que exige do candidato interpretar uma referência legislativa inexistente ou inconsistente. Por essas razões, requer-se a anulação da questão 27 da prova de conhecimentos gerais (Prova P4), como medida necessária para garantir a lisura e a justiça no concurso público, promovendo uma avaliação equitativa e transparente para todos os participantes.</p>		
138	Professor Nível Superior	25	E	Anulação da Questão	<p>A questão 25 pergunta sobre uma família vinda da Fazenda Mata Nova, que se instalaram no povoado, porém a fonte de onde se extraiu a pergunta é o site do IBGE e não a coletânea elaborada por Jemima Barreira disponibilizada no site na banca, o site do IBGE diz: "À margem do Rio Ponte Alta no fim do século XIX, já se encontrava seus primeiros moradores. Canoeiros, caçadores e pescadores davam início à vida social nesta localidade. Na época das patentes de capitães e coronéis, instalou-se no emergente povoado vindos de sua fazenda Mata Nova, nesta</p>	INDEFERIDO	Vide parecer do item 32.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					região a família Mascarenhas.", Já a coletânea organizada por Jemima diz que: O Capitão Antônio Mascarenhas construiu sua casa, o que marcou o início da sede do Distrito, seguido de outras famílias como do Senhor Manoel Mascarenhas, Tomás Mascarenhas, Antônio Rufo e outros. Logo fica subentendido que além da Família Mascarenhas, vieram outras como a Família Rufo e outras, as quais não estão especificadas na coletânea, portanto conclui-se que foi disponibilizada uma fonte é cobrada de outra.		
139	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	A questão de número 27 exige conhecimentos sobre o Provimento de pessoal e embasa esses conhecimentos na Lei de número 055, de 09 de Maio de 1990. Entretanto, A lei que disciplina o provimento de pessoal é a Lei de número 055 de 09 de Maio de 1996, não sendo possível embasar qualquer das alternativas na lei citada no enunciado, visto que inexistente no ordenamento jurídico municipal a referida lei. Portanto peço que seja anulada a questão de número 27.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
140	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	A questão de número 27 exige conhecimentos sobre o Provimento de pessoal e embasa esses conhecimentos na Lei de número 055, de 09 de Maio de 1990. Entretanto, A lei que disciplina o provimento de pessoal é a Lei de número 055 de 09 de Maio de 1996, não sendo possível embasar qualquer das alternativas na lei citada no enunciado, visto que inexistente no ordenamento jurídico municipal a referida lei. Portanto peço que seja anulada a questão de número 27.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
141	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	Solicito por gentileza anulação da questão 27, pois ela apresenta um erro na legislação mencionada onde faz menção a lei 055 de 09 de maio de 1990, pois o correto seria a lei 055 de 09 de maio de 1996.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
142	Professor Nível Superior	27	E	Anulação da Questão	Sobre enunciado da questão 27 esta com enunciado que a a lei 055 e de 1990 sabemos que a lei e 055/96 por o enunciado esta errado percebemos a anulação da questão.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
143	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	A questão em conformidade com a lei nº055 de 09 de maio de 1990, tratando-se de provimento pessoal o ato que não contiver as indicações seguintes" opção "A" (nulidade do ato e responsabilidade de quem a posse". No entanto a lei abordada na questão 27, refere-se a lei de nº 055/96 de 09 de maio de 1996. Sendo que a lei de 1990 é inexistente. Portanto solicito a anulação da questão.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
144	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	PREZADA BANCA EXAMINADORA, PEDE-SE A ANULAÇÃO DA QUESTAO 27, POR QUE NO ENUNCIATO DA QUESTAO CONTA-SE A LEI NUMERO 055, DE 09 DE MAIO DE 1990, SENDO QUE E A LEI CORRETA E NUMERO 055, DE 09 DE MAIO DE 1996. UMA VEZ QUE A LEI NAO CONSTA NO EDITAL.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
145	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	Peço anulação da questão 27 pois a lei nº.055 de 09 de maio 1996, no enunciado da questão o ano da criação da lei esta errado o ano certo é 1996 e na questão está 1990.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
146	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	Justificativa se que o enunciado da questão 27 trata da lei 055 de 09 de maio de 1990 que trata do regime jurídico único dos professores ART.7 que compete ao referido, observada as prescrições legais. A referida lei supracitada está com erro na data do ano, pois a lei é 055/1996 portanto peço anulação da referida questão.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
147	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	Peço anulação da questão nº 27 pois o ano q a lei nº 055, de maio 1996, no enunciado esta errado constando ser 1990.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
148	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	solicito a anulação da questao 27 uma vez que o enuciato encontra desconformidade com o edital	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					uma vez que essa lei Nº 055, de 09 de maio de 1990 nao existe, o correto seria a lei Nº 055,09 de maio de 1996.		
149	Professor Nível Superior	27	D	Anulação da Questão	Tendo em vista A Lei nº 055, de 09 de maio de 1996, esta questão foi elaborada equivocadamente com o ano 1990, o que não existem para a questão em caso. Portanto gostaria que analisem corretamente e peça a anulação da mesma.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
150	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	A QUETAO ESTA COM O INUCIADO ERRADO A LEI QUE SE REFERE E 055/96 E O ENUCIADO ESTA LEI 055 DE 1990	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
151	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	Recurso – Contestação de Gabarito Preliminar Ilustríssimo(a) Senhor(a) Presidente da Comissão de Concurso, Eu, candidata ao concurso público da Prefeitura de Ponte Alta do Tocantins - TO, venho, respeitosamente, apresentar recurso contra o gabarito preliminar da Questão 27, que trata de provimento pessoal, com base nos seguintes argumentos: Erro de material na formulação da questão: A questão 27, conforme descrita no gabarito preliminar, refere-se à Lei nº 055, de 09 de maio de 1990. No entanto, ao consultar a legislação pertinente ao provimento de pessoal, é evidente que a lei que regula esse tema é a Lei nº 055/96, de 09 de maio de 1996. A referência à Lei nº 055/90 é um erro material, uma vez que a legislação que trata de provimento pessoal foi estabelecida em 1996, e não em 1990. Fundamentação jurídica: A Lei nº 055/96, de 09 de maio de 1996, é a norma que regula as disposições sobre provimento de cargos públicos no âmbito do município/estado, conforme o contexto do concurso. O uso da Lei nº 055/90, portanto, representa um equívoco que prejudica o entendimento e a resolução correta da questão por parte dos candidatos. Pedido de anulação da	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					questão: Diante do exposto, é claro que a questão 27 está formulada de forma equivocada, uma vez que faz referência à legislação errada, prejudicando os candidatos que se basearam na legislação correta. Sendo assim, solicito a anulação da questão 27 ou, caso não seja possível, a correção do gabarito preliminar, de forma a considerar a alternativa que corresponda corretamente à Lei nº 055/96, de 09 de maio de 1996. Conclusão: O erro material na questão compromete a correção da prova e a justa avaliação dos candidatos. Portanto, peço que seja reconsiderada a formulação da questão 27 ou, alternativamente, que seja revisado o gabarito preliminar, de modo a garantir a correção e a equidade no processo seletivo.		
152	Professor Nível Superior	27	A	Anulação da Questão	Solicito que este recurso seja analisado e julgado conforme a legislação vigente.	DEFERIDO	Vide parecer do item 04.
153	Professor Nível Superior	29	E	Revisão do Gabarito	A questão 29 pede que assinale qual item é indispensável para o envio de um e-mail, dentre as alternativas, um campo obrigatório seria a opção "D"(Enviar), pois, Assunto, Cc e Cco são campos que podem ser preenchidos, mas não são obrigatórios para que o e-mail seja enviado com sucesso. O campo essencial e obrigatório para garantir que o e-mail seja realmente enviado é o campo "Enviar", que é o botão que aciona o envio do e-mail.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.
154	Professor Nível Superior	29	E	Anulação da Questão	A questão 29 apresenta uma redação que compromete sua clareza e objetividade, o que fere os princípios de equidade e precisão exigidos em uma avaliação. O enunciado solicita que se "assinale a alternativa do item indispensável e campo obrigatório", utilizando os termos "item" e "campo" de forma pouco clara e potencialmente confusa. A ambiguidade central reside no fato de que o termo "item indispensável" pode ser	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					interpretado de forma genérica, abrangendo elementos que não são tecnicamente campos obrigatórios para o envio de um e-mail. Um exemplo dessa confusão é a inclusão do botão "Enviar" na alternativa D. Apesar de o botão "Enviar" ser essencial para finalizar o envio do e-mail, ele não é tecnicamente um campo obrigatório, mas sim um item funcional da interface. Essa interpretação leva a uma sobreposição de significados, gerando múltiplas possibilidades de resposta correta. Adicionalmente, o enunciado não menciona o único campo verdadeiramente obrigatório para o envio de um e-mail, que é o campo "Para" (endereço do destinatário). Essa omissão cria um problema conceitual, pois nenhum dos campos apresentados nas alternativas reflete o critério de obrigatoriedade descrito no enunciado. A ambiguidade gerada pela possível escolha de duas respostas válidas — a letra D (Enviar), que pode ser interpretada como um "item indispensável", e a letra E (Nenhuma das alternativas anteriores), que nega a obrigatoriedade dos campos listados — compromete a objetividade da questão. Isso prejudica a avaliação justa, uma vez que o entendimento dos candidatos dependerá de como interpretaram os termos do enunciado. Portanto, a questão apresenta falhas tanto na redação quanto na formulação conceitual das alternativas, gerando múltiplas interpretações válidas e comprometendo sua validade como instrumento avaliativo. Por isso, é justificável sua anulação.		
155	Professor Nível Superior	29	E	Anulação da Questão	A redação da questão 29 é problemática, pois compromete a clareza e a objetividade, infringindo os princípios de equidade e precisão necessários em uma avaliação. O enunciado pede que se "assinale a alternativa do item	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>indispensável e campo obrigatório", mas utiliza os termos "item" e "campo" de maneira imprecisa e potencialmente confusa. A ambiguidade principal está no uso do termo "item indispensável", que pode ser interpretado de forma ampla, incluindo elementos que não são tecnicamente campos obrigatórios para o envio de um e-mail. Um exemplo disso é a opção D, que inclui o botão "Enviar". Embora esse botão seja essencial para completar o envio do e-mail, ele não é um campo obrigatório, mas sim um elemento funcional da interface. Essa confusão de termos leva a múltiplas interpretações e possíveis respostas corretas. Além do mais, o enunciado não menciona o único campo realmente obrigatório para o envio de um e-mail: o campo "Para" (endereço do destinatário). A ausência desse detalhe cria um problema conceitual, já que nenhuma das alternativas oferecidas corresponde ao critério de obrigatoriedade mencionado. A possibilidade de duas respostas serem consideradas corretas — a letra D (Enviar), interpretada como um "item indispensável", e a letra E (Nenhuma das alternativas anteriores), que nega a obrigatoriedade dos campos listados — gera ambiguidade e compromete a objetividade da questão. Isso prejudica a avaliação justa, pois a resposta dependerá da interpretação individual dos candidatos em relação aos termos do enunciado. Em suma, a questão apresenta deficiências tanto na sua redação quanto na elaboração das alternativas, resultando em múltiplas interpretações válidas e comprometendo sua eficácia como instrumento de avaliação. Por essas razões, é justificável que a questão seja anulada.</p>		
156	Professor Nível Superior	29	E	Anulação da Questão	A questão pede para assinalar a alternativa e o campo obrigatório para que o e-mail chegue ao	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					seu destino. A resposta correta foi opção "E" (nenhuma alternativa). No entanto a opção "Enviar" pode ser interpretada como "item indispensável" pois, o e-mail não chega ao destino final sem clicar na opção enviar "obrigatoriamente". Observa-se que essa questão apresenta falhas de formulação e redação gerando multiplicas interpretações . Portanto Solicito a anulação da questão 29.		
157	Professor Nível Superior	29	E	Revisão do Gabarito	Peço revisão da questão nº 29 pois o enunciado esta muito confuso dificultando chegar a uma reposta exata.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.
158	Professor Nível Superior	29	D	Anulação da Questão	A questão poderia ser considerada ambígua, pois, para que o e-mail seja enviado de maneira completa (com cópias ou ocultas, ou simplesmente enviado), um desses campos (Cc, Cco, Enviar) seria necessário para o processo de envio. No entanto, se olharmos estritamente para os campos obrigatórios para que o e-mail seja enviado ao destino sem erros, o campo fundamental que garante a entrega é o "Destinatário", mas, como ele não foi mencionado nas alternativas, isso pode causar confusão. Possível Anulação: Dado o cenário apresentado e considerando que a questão poderia ser interpretada de maneira mais clara, pode-se argumentar que a questão tem falhas de formulação. O campo "Destinatário" não foi incluído nas alternativas, o que geraria uma ambiguidade. Portanto, a questão pode ser anulada.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34.
159	Professor Nível Superior	30	D	Anulação da Questão	Descrição do Recurso A questão 30 tem como opção correta de acordo com o gabarito preliminar a questão "D" que afirma que o comando para ir para o início da planilha no Excel é Ctrl + Home. No entanto, como o sistema operacional não foi citado na questão, este	INDEFERIDO	Vide parecer do item 35



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					comando tem variações conforme o sistema operacional utilizado. No sistema Windows o correto para o início da planilha no Excel é: *Windows: Ctrl + Home Já no Mac: Fn + Ctrl + Seta para esquerda (Pois o teclado nativo da Apple não possui a tecla Home) Portanto conclui-se que a questão seja passível de anulação levando em considerando as diferenças entre sistemas operacionais. Referências - Microsoft Support: "Atalhos de teclado no Excel" - Excel-Easy: "Atalhos de teclado no Excel"		
160	Professor Nível Superior	30	D	Anulação da Questão	A questão número 30 afirma que o comando para ir para o início da planilha no Excel é Ctrl + Home. No entanto, este comando varia conforme o sistema operacional utilizado e isso não foi mencionado na pergunta em questão. Fundamentação: O comando correto para ir para o início da planilha no Excel é: - Windows: Ctrl + Home - Mac: Fn + Ctrl + Seta para esquerda (Pois o teclado nativo da Apple não possui a tecla Home). Portanto, Solicito que a questão seja anulada por apresentar insuficiência de clareza, prejudicando o raciocínio do candidato.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 35
161	Professor Nível Superior	30	D	Anulação da Questão	A questão afirma que na planilha do excel para acessar A1 basta pressionar as teclas CTRL+Home. No entanto o comando para ir ao início da planilha do excel varia de acordo com o sistema operacional e o tipo de teclado usado. No Windows: as teclas ctrl+Home movem para célula A1. No macOs: as teclas Fn+ctrl+seta a esquerda, levam a célula A1. Fundamentação: O teclado padrão macOs não possui tecla Home, exigindo o uso de combinações Fn+seta. No windows a tecla home faz parte do layout tradicional, simplificando o comando. Portanto, solicito que a questão seja anulada por não apresentar clareza, gerando mais de uma	INDEFERIDO	Vide parecer do item 35



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					interpretação válida comprometendo assim a questão.		
162	Professor Nível Superior	30	E	Revisão do Gabarito	Peço q façam a revisão da questão nº 29 pois ficou confuso o enunciado dificultado a chegada em uma resposta certa.	INDEFERIDO	Recurso desconexo.
163	Professor Nível Superior	38	E	Revisão do Gabarito	A descrição apresentada sugere um foco em reflexões sobre a relação do indivíduo com o grupo, suas atividades, participação no coletivo e atitudes de valores, além de considerar gerações passadas. Essa abordagem está fortemente alinhada com o ensino de Geografia, que explora a interação entre os indivíduos, o espaço, a sociedade e o tempo. A Geografia, enquanto disciplina, promove a compreensão do papel do indivíduo no espaço geográfico, suas relações com o meio e com outras pessoas, bem como os aspectos culturais, históricos e sociais. A Geografia, enquanto disciplina, tem como um de seus principais objetivos entender a interação do indivíduo com o espaço em que vive, suas relações sociais e a maneira como essas relações são influenciadas e moldadas por fatores históricos, culturais e ambientais. A descrição apresentada na questão está diretamente relacionada à abordagem geográfica, que enfatiza a relação entre o indivíduo e o coletivo, bem como a perspectiva histórica e cultural que permeia essas relações. Alternativa correta letra A.	INDEFERIDO	Porque o enunciado trata do ensino e da aprendizagem na área de História. É essa área que pode desempenhar um papel importante na construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertiva.
164	Professor Nível Superior	38	D	Revisão do Gabarito	Por que Artes é a resposta correta? O ensino de Artes tem um papel essencial na formação da identidade pessoal e social, pois: Expressão Cultural e Social: A Arte é uma forma de expressão que permite ao indivíduo refletir sobre sua identidade, suas experiências e suas relações com o grupo social e cultural. O aluno, ao aprender Arte, não apenas desenvolve habilidades técnicas, mas também é levado a	INDEFERIDO	Vide parecer do item 163.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					refletir sobre os valores culturais, sociais e históricos que o moldam. Reflexão sobre a Sociedade: Através das Artes, o aluno pode explorar temas como história, cultura, política e valores, criando um vínculo com as gerações passadas e compreendendo o seu papel em um coletivo. O ensino de Artes envolve atividades que incentivam a reflexão sobre a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica. Formação da Identidade: A Arte ajuda na construção da identidade pessoal, permitindo que os alunos expressem suas próprias vivências, percepções e visões de mundo, ao mesmo tempo em que se conectam com a cultura coletiva e os valores históricos e sociais. A questão descreve um ensino que ajuda o aluno a refletir sobre sua identidade em relação ao grupo social, valores culturais e históricos. O ensino de Artes é oferecido ao aluno uma forma de expressão cultural e social, além de promover a reflexão sobre valores, compromissos e a identidade pessoal e coletiva. A Arte, nesse contexto, permite que o aluno compreenda seu papel no mundo e sua relação com o passado e com o presente, o que se alinha diretamente com os objetivos descritos na questão. Portanto, a alternativa correta é c) Artes.		
165	Professor Nível Superior	38	E	Revisão do Gabarito	A questão descreve um processo educacional que envolve a configuração da identidade, reflexão sobre a situação do indivíduo, participação no coletivo, e atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturais, valores e gerações passadas. Esse tipo de ensino está relacionado ao desenvolvimento da identidade social, cultural e histórica. Portanto a alternativa correta seria letra (C). c) Artes: O ensino de artes pode envolver a expressão da identidade, a reflexão sobre a cultura e a história, o que se alinha bem com a	INDEFERIDO	Vide parecer do item 163.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					descrição da questão, onde se fala de compromissos com grupos sociais, culturais e gerações passadas. As artes permitem a expressão de valores culturais, históricos e sociais, sendo um campo relevante para essa reflexão. Dessa forma a alternativa (E) que diz "nenhuma das alternativas anteriores" já que tem uma alternativa que parece ser mais adequada a questão. Que é a alternativa (C) ARTES		
166	Técnico em Enfermagem	6	C	Anulação da Questão	Na questão 6 é solicitado o sentido de floresta ombrófila, destaco assim que a principal diferença entre significado e sentido é que o sentido é uma formação dinâmica e variável enquanto o significado é uma das zonas de estabilidade do sentido. o sentido é uma categoria da comunicação que pode ser expresso de diferentes formas linguísticas. ele é provisório e muda sempre que os interlocutores ou os eventos mudam. o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra despertar na consciência. O significado é uma categoria linguística sistemática, geral e preciso. Assim temos na questão o significado da palavra "Ombrófila" e não o sentido da palavra. Solicito anulação da questão. Referência: Escola Brasil Desde já agradeço.	INDEFERIDO	Porque a palavra <i>ombrófila</i> tem origem grega e significa " <i>amigo das chuvas</i> ", o mesmo que pluvial de origem latina, e caracteriza uma formação vegetal cujo desenvolvimento depende de regime de águas pluviais abundantes e constantes. E, no tocante <i>sentido</i> e <i>significado</i> , apontado pelo(a) requerente, tem-se que sentido e significado são termos essenciais para dois campos dos estudos linguísticos: a semântica e a pragmática. Na realidade, tanto uma quanto a outra se definem como ciências que estudam a <i>significação</i> , isto é, o ato de significar. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa " C " como assertiva.
167	Técnico em Enfermagem	6	C	Anulação da Questão	Recurso à Questão 06: Razão do Recurso: A questão aborda o tema "Floresta Ombrófila", que pertence ao campo de estudo da Geografia, sendo inadequado ou confuso inseri-lo em uma avaliação de Língua Portuguesa sem a devida contextualização textual. Isso ocorre porque o termo "Floresta Ombrófila" não remete diretamente ao conteúdo gramatical, literário ou linguístico tratado nas questões anteriores ou subsequentes, configurando uma abordagem interdisciplinar mal estruturada. Argumentação 1. Definição de Floresta Ombrófila (conteúdo	INDEFERIDO	Vide parecer do item 166.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					<p>geográfico): O termo "Ombrófila" vem do grego: ombros (chuva) e philos (amigo). Assim, "Floresta Ombrófila" significa "amiga das chuvas". São florestas localizadas em regiões de alta pluviosidade, como a Floresta Amazônica, Floresta Atlântica e florestas tropicais ao redor do globo. Estas florestas têm vegetação densa, perene e características ligadas ao regime climático predominante. Esse conteúdo, tipicamente associado à Geografia, estuda como fatores naturais (como o clima e a precipitação) moldam os biomas. 2. Inadequação no Contexto da Avaliação de Língua Portuguesa: Não há, no enunciado ou no texto-base apresentado, um vínculo claro entre o conceito geográfico e qualquer conteúdo gramatical, semântico ou textual que justificasse sua abordagem na prova de Português. A questão exige conhecimento prévio de geografia, sem fornecer informações suficientes no texto para que o aluno desenvolva a resposta com base na interpretação textual. Isso viola o princípio de avaliação interdisciplinar válida, onde conceitos de outras áreas devem ser claramente apresentados no texto ou enunciado para que possam ser utilizados. 3. Impacto na Resolução da Questão: A exigência de um conhecimento técnico de Geografia pode prejudicar o desempenho de alunos que tenham dificuldade em relacionar temas interdisciplinares, sobretudo sem a devida contextualização ou explicação textual. Assim, o estudante é avaliado de forma inadequada, comprometendo a validade da questão em uma prova de Língua Portuguesa. Conclusão e Solicitação: Dada a natureza geográfica do conceito "Floresta Ombrófila", bem como a ausência de informações que possibilitem a resolução da questão exclusivamente a partir de</p>		

COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					elementos do texto, solicita-se: A anulação da questão.		
168	Técnico em Enfermagem	11	E	Anulação da Questão	Questão que contém as alternativas verdadeiras	INDEFERIDO	A resposta é F, V, V e F. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "E" como assertivas.
169	Técnico em Enfermagem	20	D	Anulação da Questão	Na questão solicita quais fases da lua em que essa está a 90 graus em relação ao sol com metade da superfície iluminada. Vejamos: * Quarto crescente a lua está posicionada em um ângulo de 90 graus com relação ao nosso planeta e "um quarto" dela está iluminado pela luz solar; *Quarto minguante somente metade da face lunar voltada para terra aparece iluminada, sendo a metade apostada àquela visível na fase de quarto crescente. assim sendo temos divergência na alternativa pois a quarto crescente está posicionada a um ângulo de 90 graus mas com um quarto dela iluminada pelo sol e não a metade enquanto a quarto minguante somente metade está iluminada. sendo assim a fase quarto crescente não se enquadra na alternativa quando a mesma solicita "com a metade da superfície iluminada". referência: Fases da Lua - Escola Brasil. desde já agradeço.	INDEFERIDO	 <p>Tanto na quarto minguante como na quarto crescente a lua aparece com metade iluminada. Assim, resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "D" como assertiva.</p>
170	Técnico em Enfermagem	23	C	Anulação da Questão	No Edital não estava previsto a constituição e sim a história de geografia e do Tocantins, as apostilas que estuda Junior Geo e Junior Batista	INDEFERIDO	Vide parecer do item 30.



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					lá fala sobre ADCT as disposições constitucionais transitórias , Colocaram a Questão C só não explicando o motivo dessas siglas, o significado delas. Sendo que pode ser corretas a letras A e C. Não pode ter duas corretas. Solicito questão anulada !		
171	Técnico em Enfermagem	25	E	Revisão do Gabarito	Por gentileza reveja a questão número 25, pois, essa questão foi elaborada encima do site Biblioteca IBGE, e essa fonte não foi lançada no edital. Então o que foi lançado no edital foi encima do Histórico de Ponte Alta do Tocantins,e no histórico de Ponte Alta não fala que a família Mascarenhas foi vindo da fazenda Mata Nova. Então essa questão foi mal elaborada, e não foi baseada do que foi proposto no edital. Peço por gentileza que reveja essa questão, pois não podemos sai prejudicados. Obrigado e tenha o bom dia	INDEFERIDO	Vide parecer do item 32.
172	Técnico em Enfermagem	29	E	Anulação da Questão	Com relação a questão 29 a mesma solicita que assinale a alternativa do item indispensável e campo obrigatório para que um e-mail chegue ao seu destino nos dando duas alternativas que fazem parte do item indispensável, pois para enviarmos um e-mail no campo "PARA" temos as opções CC e CCo que uma vez preenchidos conseguimos enviar o e-mail a seus destinatários. Solicito anulação da questão. referência: Teorias de Comunicação e Tecnologia da Informática. Desde já agradeço.	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34
173	Técnico em Enfermagem	29	E	Revisão do Gabarito	Bom dia. Peço que rejeita esta questão, pois esta foi muito mal elaborada, a pergunta não tem nada ver com as respostas, e é resposta dada pela banca, que, qualquer e-mail pra chegar ao destinatário terá que clicar em enviar. E nao adianta adicionar o destinatário e se não clicar em enviar ela não chegará ao destinatário. Então essa pergunta não tem nada haver com a	INDEFERIDO	Vide parecer do item 34



COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO

item	Cargo	Questão	Gab.	Solicitação	Justificativa	Julgamento	Parecer
					resposta dada. Reveja por gentileza com carinho. Obrigado. Bom dia		
174	Técnico em Enfermagem	32	A	Anulação da Questão	Pois não está citando o tipo de assadura, se é uma assadura com feridas ou vermelhidão ou até mesmo. Lesões por pressão Uma das principais conduta seria a realização de mudanças de decúbito, e limpeza do tipo de assadura com soluções antissépticas ou outros!!	INDEFERIDO	Segundo o autor Gilberto Tadeu no livro Manual do técnico e auxiliar de enfermagem, 4ª edição, 2024. A conduta mais adequada do técnico de enfermagem para prevenção do agravamento das lesões é prevenir a limpeza da região com água e sabonete neutro, conforme descrito na alternativa A. Assim. Resolve-se pela MANUTENÇÃO da alternativa "A" como assertiva.

Ponte Alta do Tocantins-TO, 03 de dezembro de 2024.

Fonte: IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural e Cidadania